



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO-CE
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ALCIRLEIDE DE SOUZA RODRIGUES
ANA REBECA GONÇALVES DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DOS
GRADUANDOS DO CURSO DE PEDAGOGIA COM ÁREA DE
APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

JOÃO PESSOA-PB
2014

ALCIRLEIDE DE SOUZA RODRIGUES
ANA REBECA GONÇALVES DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DOS
GRADUANDOS DO CURSO DE PEDAGOGIA COM ÁREA DE
APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, em cumprimento as exigências para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Marineuma de Oliveira Costa Cavalcanti.

JOÃO PESSOA-PB
2014

R696i Rodrigues, Alcirleide de Souza.

A importância do estágio supervisionado na formação dos graduandos do curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo / Alcirleide de Souza Rodrigues, Ana Rebeca Gonçalves da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2014.
83f.

Orientador: Marineuma de Oliveira Costa Cavalcanti
Monografia (graduação em Pedagogia – Educação do Campo) –
UFPB/CE

1. Educação do campo. 2. Formação de Professores. 3.
Estágio Supervisionado. I. Silva, Ana Rebeca Gonçalves da. II.
Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 374.7 (043.2)

ALCIRLEIDE DE SOUZA RODRIGUES
ANA REBECA GONÇALVES DA SILVA

**A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DOS
GRADUANDOS DO CURSO DE PEDAGOGIA COM ÁREA DE
APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Esse trabalho de conclusão de curso (TCC) foi julgado adequado para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia (Educação do Campo), e aprovado na sua forma final pela Universidade Federal da Paraíba em: _____/_____/_____

Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Professora Dr^a Marineuma de Oliveira Costa Cavalcanti
Orientadora - UFPB

Professor Dr. Fábio do Nascimento Fonseca
Avaliador - UFPB

Professora Dr.^a Maria do Socorro Xavier Batista
Avaliadora - UFPB

JOÃO PESSOA-PB

2014

DEDICATÓRIA

A Minha querida mãe, Maria Gorete de S Rodrigues que, mesmo não estando mais entre nós, se faz presente em cada respirar da minha vida, me ensinou o que era certo e o que era errado, e com seu exemplo me mostrou qual é o caminho que devo seguir. A você, exemplo de humildade, coragem, e de amor, a quem nunca vou esquecer. (In memoriam)

Alcirleide Rodrigues

A Deus, que está comigo em todos os momentos, sustentando-me e dando forças para prosseguir nessa longa caminhada da vida. Aos meus pais, que sempre incentivaram meus estudos.

Ana Rebeca

AGRADECIMENTO

A Deus, que, sem ele, nada seria possível e que se faz presente em todos os momentos da minha vida, me dando força e sabedoria diante das dificuldades.

A minha Mãe, M^a Gorete, (In memorian,) o seu cuidado e dedicação foi quem me deram, em alguns momentos, a esperança para seguir. Obrigado por todo amor e dedicação

Ao meu Pai, Severino Quirino, por sua presença, que significou segurança e a certeza de que não estou sozinho, nessa caminhada.

Aos meus irmãos, Alison e Alcilaine, e a minha sobrinha, Joyce, a quem tenho como filha, por me ajudarem a caminhar e por serem presença constante em minha vida, dando-me razões para continuar.

E o que dizer de você, Thiago Poggi Lins? Meu esposo, mais do que isso, meu amigo, pessoa com quem amo partilhar a vida. Obrigado, pelo carinho, pela paciência e por sua capacidade de me trazer a paz nos momentos mais difíceis da minha vida. Hoje, estamos colhendo os frutos do nosso empenho! Essa vitória é mais sua do que minha.

A Marjorie Poggi, meu anjo, minha vida, sem você talvez não tivesse tido forças para caminhar. Filha, foi para você essa conquista!

Aos meus amigos de sala da turma de Pedagogia com Área de aprofundamento em Educação do Campo, turma pioneira, da UFPB, que compartilhou as alegrias e as dificuldades enfrentadas no decorrer do curso, ajudando a compor mais um capítulo de minha vida.

Um carinho especial a minha amiga e companheira de TCC, Ana Rebeca, por ter aceitado essa parceria comigo, por estar partilhando minha vida, acadêmica. Sem você seria bem mais difícil. Obrigada pelo carinho, paciência e determinação.

A minha querida Dr^a e orientadora Marineuma, pela sua atenção, dedicação, paciência e conselhos, fonte de inspiração para qualquer educador em formação.

Aos nossos, professores, alunos/estagiários, que ajudaram a compor nossa pesquisa, por acreditar no nosso trabalho, nesse momento tão especial das nossas vidas, meu eterno carinho.

A todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho chegasse até aqui. Meu carinho, respeito e muito obrigada!

Alcirleide de Souza Rodrigues

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, primeiramente, que, com sua misericórdia e amor, me dar forças para nunca desistir diante das dificuldades e me fez conquistar mais essa vitória.

Aos meus pais, Angelita Gonçalves e Daniel Henrique, pelo apoio, incentivo e amor incondicional.

Aos meus colegas da turma 2009.2 de Pedagogia-Educação do campo, obrigada pelos momentos alegres e difíceis que compartilhamos, em especial a Marta e Cacilda, pelo carinho e paciência, que fizeram parte de minha formação e que continuarão presentes em minha vida.

Um agradecimento especial a minha amiga e companheira de TCC, Alcirleide, pela confiança, dedicação e determinação para construção desse trabalho. Essa caminhada não seria a mesma sem você.

A minha professora e orientadora Marineuma, por sua atenção, apoio e incentivo que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Aos professores e alunos do curso, que dedicaram um pouco do seu tempo para contribuir com a realização desse trabalho.

Enfim, agradeço a todos os que fizeram ou fazem parte da minha vida e que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação e conclusão desse trabalho, o meu muito obrigada!

Ana Rebeca G. da Silva

*O conhecimento nada mais é que a aventura pelo mar desconhecido,
em busca da terra sonhada.
Mas sonhar é coisa que não se ensina. Brota das profundezas do
corpo, como a água brota das profundezas da terra.
Como mestre só posso então lhe dizer uma coisa: “conte-me os seus
sonhos, para que sonhemos juntos!”*

(Rubem Alves - A alegria de Ensinar)

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa intitulado “A importância do Estágio Supervisionado na Formação dos Graduandos do curso de Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo da UFPB” é apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Área de aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba, UFPB. Objetivamos discutir a importância do estágio supervisionado obrigatório, na formação docente, como também analisar a importância e a contribuição do estágio, enquanto componente curricular obrigatório do referido curso. O aprofundamento dos estudos sobre o objeto do trabalho de pesquisa está centrado numa análise dos documentos oficiais que regulamentam o estágio como um todo, diretrizes, resoluções, incluindo, ainda, os documentos que regem o curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo na UFPB. Nessa perspectiva, realizamos estudos, reflexões e análise. Utilizamos, como instrumento metodológico para a coleta de dados, um questionário aplicado aos alunos da disciplina de estágio supervisionado e professores que a ministram, a respeito das experiências e percepções obtidas durante o estágio. A partir dos dados analisados na pesquisa, foi verificado o reconhecimento da importância dessa disciplina para formação do pedagogo, o que contribuiu para visualizarmos as perspectivas e as dificuldades dos alunos encontradas durante o percurso do curso.

Palavras-Chave: Educação do campo. Formação de professores. Estágio Supervisionado.

ABSTRACT

This present research entitled “The Importance of Supervised in the Graduating of Pedagogy Formation at UFPB in the Countryside Education Field “ is submitted like a term paper (TCC) of course of pedagogy graduate in the Countryside Education Field of Federal University from Paraiba (UFPB). We propose to debate the importance and contributions of Supervised required in the graduation since it can to submit positives and negatives points during development. But also to analyze the importance and contributions of supervised required as a curriculum component required of said course. The study In-depth on the subject of research is focused on an analysis of official documents that regulated the internship as a whole, guidelines, resolutions, including documents that governing the pedagogy course in the Countryside Education Field of UFPB. In this perspective we have conducted studies, reflections and analysis. We used as a methodological tool for data collection a questionnaire given to the students of supervised and professors that teach about experiences and insights obtained during the internship. From the data analyzed in the research was found to recognize the importance of this discipline for the pedagogy training and contributed to visualize to prospects and difficulties of students during the course.

Key words: Education Field. Teacher Training. Supervised.

LISTAS DE SIGLAS

AEE- ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

CNE/CEB – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CNE/CP – CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CONSELHO PLENO

CNER - CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CNBB - CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS NO BRASIL

CONSEPE - CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

CONTAG - CONFEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

ENERA - ENCONTRO NACIONAL DE EDUCADORAS E EDUCADORES DA REFORMA AGRÁRIA

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA

LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA

MAB - MOVIMENTO DOS ATINGIDOS PELAS BARRAGENS

MMC - MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS

MPA - MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES

ONGs - ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

PRONERA - PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA

PROCAMPO - PROGRAMA DE APOIO A FORMAÇÃO SUPERIOR EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

REUNI - PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

RESAB - REDE DE EDUCAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

SECADI - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

TCC – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

UNICEF - UNITED NATIONS CHILDREN'S (FUNDO NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS)

UNESCO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO	18
1.1 Breve histórico da Educação do Campo.....	18
1.2 Os movimentos sociais: em defesa da educação do campo.....	24
1.3 A Educação do Campo e seus desafios.....	29
2. ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UM PROCESSO DE REFLEXÃO E AÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA	33
2.1 O professor, sua identidade e seus saberes da docência.....	33
2.2 A importância do estágio para a formação da docência.....	39
2.3 O estágio, suas etapas e seu desenvolvimento.....	43
3. REPENSANDO A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO, A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS NA DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	48
3.1 Estagiários e suas vivências.....	48
3.2 Percepção dos alunos concluintes sobre o Estágio Supervisionado.....	54
3.3 Analisando experiências: professor, agente de transformação social.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE 1.....	71
APÊNDICE 2.....	72
APÊNDICE 3.....	74
ANEXO 1.....	76
ANEXO 2.....	78

INTRODUÇÃO

Este trabalho, intitulado de “A importância do Estágio Supervisionado na Formação dos Graduandos do Curso de Pedagogia com Área de Aprofundamento em Educação do Campo da UFPB”, consiste em um olhar sobre a formação profissional desses alunos, na busca de tentar compreender como se deu o processo de estágio, a partir das disciplinas de estágio supervisionado oferecidas no curso. O interesse para o aprofundamento dessa pesquisa surgiu durante o estudo no curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, através do despertar da especificidade do campo e por entender que o estágio é um requisito fundamental para complementar de forma satisfatória a formação do educador..

Durante muito tempo, em nosso país, não houve uma preocupação com a educação para os sujeitos do meio rural, mas essa realidade veio se modificando, graças aos movimentos sociais, que, de acordo com as necessidades dos trabalhadores camponeses, foi se configurando uma luta por uma educação específica. Algumas conquistas já foram alcançadas, mas o desinteresse por parte do governo ainda não beneficia todos os sujeitos do campo. Há um déficit muito grande na qualidade do ensino, na formação específica do educador do campo e numa política de educação que esteja sintonizada com a dinâmica social que possibilite aos educandos uma afirmação da sua identidade.

Por se tratar de uma educação específica para uma parte da sociedade brasileira, a educação do campo não tem que ser vista a partir de um paradigma considerado superior, como é o caso do modelo educacional urbano, mas ser pensada de acordo com a realidade de seus sujeitos. A aplicação de propostas educacionais no meio rural, tendo como modelo o paradigma educacional da cidade, corresponde a uma visão negativa do campo, em que “o campo é visto como uma extensão, como um quintal da cidade” (ARROYO, 2007, p. 159). Dessa forma, é preciso aproximar a prática pedagógica da realidade dos alunos, garantir a educação desses sujeitos e melhorar a educação no meio rural. Por entender que o campo apresenta sua especificidade, é que resolvemos abordar esse tema em nossa pesquisa, para que assim, também, possamos contribuir com esta área da educação do nosso país.

Nessa perspectiva e pensando nesse desafio, entre outras questões, é que realizamos esse trabalho, com o seguinte objetivo: Analisar a importância e a contribuição do estágio supervisionado, enquanto componente curricular obrigatório do curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, na formação de profissionais específicos para essa área.

Este trabalho de pesquisa consiste em um olhar sobre a preparação profissional oferecida pela UFPB, especificamente no curso de Pedagogia com área de aprofundamento em educação do campo. Nossa intenção é mostrar a importância do estágio supervisionado obrigatório, realizado pelos graduandos de Pedagogia, já que o mesmo pode apresentar pontos positivos e negativos, durante o processo de formação para a docência.

Dentro dessas perspectivas, procuramos investigar se as experiências e os conhecimentos adquiridos pelos alunos foram satisfatórios para a sua formação acadêmica; avaliar se os estágios garantem a aquisição de habilidades e competências suficientes para o exercício da profissão; identificar se essas experiências atendem as especificidades do campo e seus sujeitos; e observar a regulamentação do estágio.

Essa pesquisa se caracterizou como pesquisa bibliográfica e de abordagem qualitativa. Analisamos várias fontes, como artigos científicos, livros, documentos e resoluções que abordam as temáticas de estágio supervisionado e de formação de professores.

Segundo Medeiros (2009, p.36), “a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento da bibliografia referente ao assunto que se deseja estudar [...], exige pensamento reflexivo e tratamento científico.” Para tal levantamento, é necessário a habilidade da leitura que, segundo Santos (2007, p.105), é o instrumento essencial na pesquisa bibliográfica e que corresponde à capacidade de extrair informações a partir dos textos.

A abordagem qualitativa faz uso de métodos como a descrição e a observação. Silveira e Cordova (2009) afirmam que esta não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados. Assim sendo, objetivamos analisar as experiências de estágio dos graduandos, de forma que os mesmos exponham quais

as contribuições dessas atividades para sua formação. A ênfase da pesquisa está em entender o processo de estágio, e não em medir dados acerca dele.

Para a coleta dos dados, utilizamos o questionário e a análise documental. Aplicamos questionários de caráter subjetivo direcionados aos professores que lecionaram a disciplina de estágio e aos alunos do referente curso que estavam no 5º período e começando a cursar a 1ª disciplina de estágio, e os do 10º período, que já tinha cumprido todas as disciplinas de estágio. Nos questionários, alunos e professores tiveram espaço para relatar suas experiências no decorrer do estágio supervisionado obrigatório. Dessa forma, conseguimos pesquisar e analisar a importância do estágio supervisionado.

É válido ressaltar que o estudo também se fundamentou em pesquisa documental. Foram analisados os documentos que orientaram a formação curricular do Curso de Pedagogia, Licenciatura, com Área de Aprofundamento em Educação do Campo, do Centro de Educação, Campus I, regido pela Resolução nº47/ 2009, e que tem, entre seus objetivos, proporcionar a formação de professores de nível superior, para atuar em projetos educativos nas áreas rurais em geral e de assentamentos dos movimentos sociais do campo. E os documentos que regulamentam o Estágio Supervisionado para o Curso de Graduação em Pedagogia como um componente curricular obrigatório, como a resolução CCPedcampo, Nº 03/2011.

Sendo assim, nossa pesquisa possibilitou que fosse realizada a análise da importância do estágio supervisionado na formação do pedagogo para atuar no campo. Organizamos nosso trabalho em três capítulos.

No primeiro capítulo, fizemos um levantamento histórico da trajetória da educação do campo no nosso país, da colonização aos dias de hoje, ressaltando a contribuição dos movimentos sociais, apontando as conquistas e o desafio da educação do campo.

No segundo capítulo, discutimos a relação existente entre a prática pedagógica e a teoria vista na academia, observando a prática do estágio, em suas etapas, e sua contribuição na formação do pedagogo.

No terceiro e último capítulo, são apresentados os resultados obtidos nos questionários, sobre as vivências do estágio supervisionado realizado no curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do campo. Nesse capítulo,

analisamos a visão não só dos alunos como os dos professores que lecionaram as disciplinas de estágio.

Concluindo nossa análise, apontamos os problemas relatados pelos sujeitos envolvidos na pesquisa, no que diz respeito ao estágio supervisionado, destacando o que foi de positivo e o que foi de negativo, durante a prática do estágio no curso. Fizemos considerações sobre a contribuição do estágio na formação do pedagogo do campo.

1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL

Neste capítulo, fazemos um breve levantamento histórico da Educação do Campo no Brasil, partindo da colônia aos dias atuais. Destacando a importância dos movimentos sociais na denúncia das contradições econômicas e sociais vivenciadas no campo, mostrando por fim, que muito foi conquistado, porém, a Educação do Campo ainda enfrenta grandes desafios.

1.1 Breve histórico da Educação do Campo

A história do Brasil sempre foi marcada por um processo de exclusão social, político, econômico e cultural. Da colonização aos dias de hoje, ainda encontramos em nossa sociedade pessoas excluídas devido ao processo de colonização a que fomos submetidos. Encontramos em nossas estruturas política, social e cultural um déficit de qualidade de vida e de educação e uma marginalização grande, por parte da população brasileira. Mesmo com todo avanço histórico e criações de políticas que buscam preservar e manter a diversidade dos nossos povos, ainda precisamos superar essa colonialidade, como bem nos mostra Ferreira e Brandão (2011, p.3):

O Brasil ainda continua sendo descoberto nas escolas, os índios continuam sendo tratados como “primitivos” e de “cultura atrasada” e os negros continuam a serem vistos como aqueles que eram escravizados porque eram “inferiores” aos homens europeus.

Esses primeiros povos que ajudaram a compor a sociedade brasileira eram sujeitos que se encontravam em situação de desvantagens, eram pessoas que exerciam as atividades agrícolas e domésticas, e, nessa situação, havia um entendimento por parte das elites que eles não podiam esperar políticas educacionais, porque, para trabalhar com a terra, não era necessário saber ler ou escrever. De acordo com Silva (2004), a escola brasileira, desde o seu início até o século XX, serviu, e serve, para atender as elites, sendo inacessível para grande parte da população. Assim, durante muito tempo, não era prioridade construir um sistema educacional para esses sujeitos.

No Brasil colônia, as iniciativas educacionais ocorreram de acordo com a realidade social. Nesse período, nunca se pensou numa educação voltada para o meio rural, e sim, numa educação que atendesse as necessidades da metrópole. Não houve um interesse de criar um plano de educação para a colônia, o que aconteceu foi uma educação reprodutivista, não levando em conta o contexto social dos colonos que aqui viviam. A educação era elitizada e seletiva. O Brasil era terra de exploração, e não de investimento, as atividades de trabalho eram que ocorriam eram braçais e não necessitavam de mãos de obra qualificadas, a população era composta por pessoas que não tinham direito à educação, como, índios, negros, escravos e mulheres. Os donos de terras não reconheciam a educação como algo importante, portanto, não iria incentivar essa educação. Não houve uma escola que pudesse ser caracteriza como do campo nem tão pouco uma formação de consciência para os povos que aqui estavam.

Nesse contexto, o conceito de educação do campo nasce como critica a esta sociedade excludente, a educação do meio rural vem surgindo a partir desses sujeitos que viviam à margem da sociedade, e que lutaram, desde cedo, por uma educação que respeitasse a sua realidade.

Se, no período colonial, a escola era para elite e colonizadores, hoje, ainda, encontramos pessoas sem acesso a uma educação de qualidade. O fato é que muito se beneficiaram e se beneficiam até hoje com esse processo de exclusão. Como diz Pereira (2009, p. 178),

a ideologia dominante sempre considerou o camponês brasileiro como matuto analfabeto, fraco atrasado, preguiçoso ingênuo, incapaz: um jeca tatu, que precisa ser redimido pela modernidade, para se integrar à totalidade do sistema social – o mercado.

A verdade é que, durante todo período colonial brasileiro, a educação escolar sempre foi tratada com descaso. A ideologia dominante não respeitava a cultura do negro nem do índio, seus interesses eram apenas para aumentar as suas riquezas, oprimindo e sufocando a cultura aqui existente.

Avançando na história, podemos verificar que, no Brasil Imperial, a educação continuava para atender a elite econômica e intelectual da época, reproduzindo o modelo de exclusão dos índios, negros e pobres, oriundos do processo de colonização. Mesmo com a declaração da independência do Brasil, não houve

muitas mudanças. “A declaração da independência política não foi acompanhada da emancipação educativa” (STRECK 2010, p.23). Nesse contexto, na cidade, a demanda escolar vem das classes médias emergentes, que buscavam na educação um crescimento juntamente com o processo de industrialização. No campo, como nunca foi exigido dos trabalhadores rurais nenhuma alfabetização ou preparação, não existia uma consciência em respeito ao valor da educação para a cidadania.

Quando veio surgir um modelo de educação para o país, a preocupação foi atender o mercado, devido ao processo de industrialização que estava ocorrendo no mundo. O descaso era tanto que, “nas primeiras constituições, a educação rural sequer foi mencionada nos textos constitucionais” (PEREIRA, 2009, p.178). Quando se pensou em uma teoria para a educação da zona rural, tais teorias não saíram do papel, como a criação das Escolas Agrícolas¹ que, na prática, não existiram. Nessa perspectiva, Ferreira e Brandão (2011, p.14) nos afirmam abaixo que,

após a proclamação da República, em 1889, a organização escolar no Brasil sofreu influência da filosofia positivista² francesa que teve como característica estimular e exaltar a industrialização da sociedade moderna, sem nenhuma preocupação com as demais formas de organização da sociedade, a exemplo dos que residiam e produziam no campo.

A escola era para formar o homem para o trabalho. As questões de cidadania, cultura, habitação e relações sociais eram deixadas de lado, assim como os povos do campo. Só a partir do século XX, é que se percebe a importância da educação para o campo. Como Pereira (2009, p.178) vem nos dizer, na verdade, a introdução da educação rural, na ordem jurídica brasileira, deu-se nas primeiras décadas do século XX, quando se percebeu a importância da educação para conter o movimento migratório e elevar a produtividade do campo. Percebemos que a educação veio surgindo para atender à demanda da estrutura mercantilista que estava ocorrendo na sociedade brasileira. Não foi iniciativa do governo construir uma educação para o campo.

¹ Escolas agrícolas: também conhecidas como fazendas-escolas ou colônias agrícolas, é fundada 1877 na Bahia a 1ª escola agrícola, cujo objetivo era atender a demanda do mercado açucareiro da época.

² Filosofia Positivista: O Positivismo é a doutrina criada no século 19, na França, por Augusto Comte. Esse pensador preocupou-se em tentar elaborar um sistema de valores adaptado à realidade que o mundo vivia na época da Revolução Industrial.

Com o objetivo de manter o homem no campo, surge o Ruralismo Pedagógico³, que durou até a década de 1930. O campo era visto como atraso e a cidade, devido a esse processo de industrialização, era vista como modelo de modernização e progresso. Segundo Silva (2004, p.1), é a partir dos anos 30 do século XX que começa a delinear-se um modelo de educação rural amarrado a projetos de "modernização do campo", porém, mesmo com a institucionalização das escolas no meio rural, essa educação não respeitava e nem considerava os povos dos campos. Era uma educação urbanocêntrica.

Na década de 1950, é criada pelo governo a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER)⁴, que tinha como objetivo a educação de base para crianças, jovens e adultos do meio rural. O intuito foi oferecer conhecimento teórico e técnico que respeitasse o ideal democrático e a dignidade humana para esses indivíduos, para assim poderem participar da vida cívica e contribuir no seu meio social e econômico. Porém, isso não foi satisfatório para a educação do campo, pois contribuía com a imagem do homem do campo atrasado, matuto, ignorante, não atendia devidamente ao campo, uma vez que não foi uma educação que respeitasse a cultura camponesa.

Na década de 1960, mais precisamente em 1961, surge a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, conhecida como LDB/61⁵. É a legislação que regulamenta o sistema educacional, público e privado do Brasil, da educação básica ao ensino superior. Veio para regulamentar o ensino técnico e superior. Em nada contribuiu para a educação do campo. É importante destacar que, nesse mesmo período, a educação brasileira ganhou uma grande contribuição de Paulo Freire na luta por uma Educação para todos, como nos diz Streck (2010, p.9): "Sua obra se insere tanto no movimento da sociedade em que ele viveu quanto se alimenta de um chão fértil preparado por séculos de luta pela causa da educação".

O pensamento de Freire, na sua concepção libertária e sua atuação política, ajudou a expandir a educação popular, a prática social dos sujeitos que defendiam uma educação partindo dos conhecimentos prévios do aluno oposta à educação bancária. Freire foi um dos grandes educadores do século XX e veio contribuir para

³ Ruralismo Pedagógico: os pioneiros dessa corrente, almejavam a implementação de uma escola rural, diferenciada das urbanas, proporcionando conhecimentos e habilidades para que os sujeitos fossem capazes de trabalhar na terra e tirar dela seu próprio sustento.

⁴ CNER: Campanha Nacional de Educação Rural.

⁵ LDB. Primeira Lei de Diretrizes e bases da Educação.

quebrar essa herança histórica de subalternidade e resistência dos povos oprimidos da nossa sociedade.

Embora já na constituição de 1988 a educação tenha avançado, com a proposta de Educação como Direito de todos, ainda encontramos uma educação precária, a que nem todos têm acesso. Uma educação do e no campo que respeitasse a ideologia a cultura e o contexto do campo só começa a acontecer mais adiante, nos anos de 1990 com as transformações partidas dos movimentos sociais. Só com a LDB (9394/96), em 1996, é que a educação para o campo é reconhecida em sua diversidade, em seu artigo 28:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Essa LDB foi um avanço para a educação rural brasileira, porém não garante a efetivação da prática dessas medidas. Assim, a luta para que essas políticas sejam de fato efetivadas continua e é a partir dos movimentos sociais que, no ano de 1997, no mês de julho, foi realizado o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – ENERA – em parceria com a universidade de Brasília – GT-RA/UnB, o MST, UNICEF, e outros representantes, o que, depois, resultou numa mudança significativa para a educação do campo, surgindo, no ano seguinte, a portaria nº. 10/98, que criou o PRONERA, (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), para, assim, fortalecer a educação na reforma Agrária do País. Seus principais objetivos e ações, como bem vem nós dizer, Santos (2008, p.12), são:

Garantia de alfabetização e educação fundamental de jovens e adultos acampados e acampadas e assentados e assentadas nas áreas de reforma agrária; à garantia de escolaridade e formação de educadores para atuarem naquelas áreas; à formação continuada e escolaridade média e superior aos educadores de jovens e adultos (EJA) e do ensino fundamental e médio; e à garantia de escolaridade/formação profissional, técnico-profissional de nível médio e superior em diversas áreas do conhecimento.

Também foram realizadas diversas conferências nacionais e estaduais, como a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em 1998 e

organizada pelo MST, CNBB, Unicef e Unesco. Foi a partir desses debates que a educação rural passou a ser discutida como educação do campo, ao reafirmar sua luta por uma política pública específica para os sujeitos do campo. Essas conferências incluíram um novo projeto popular para o Brasil e para as escolas do campo. Em Luziânia (GO), no ano de 2004, ocorreu a II Conferência Nacional por uma educação do campo. Ganhou mais força com a incorporação de outras organizações sociais do campo, da educação, universidades, ONGs, secretarias estaduais e municipais e outros órgãos. Segundo Pereira (2009, p. 180), essa segunda conferência assumiu um caráter de denúncia contra o modelo de desenvolvimento baseado na exclusão e na miséria, contra a falta de escolas, de infraestruturas adequadas e a necessidade de uma política de valorização do magistério, reivindicou, ainda, políticas curriculares e de escolha e distribuição de material didático-pedagógico que leve em conta a identidade cultural dos povos do campo.

O Conselho Nacional de Educação, Câmara da Educação Básica – (CNE/CEB), no cumprimento do estabelecido na Lei nº 9.394/96 - LDB, na Lei nº 9424/96, e na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação, e no Parecer CNE/CEB 36/2001, estabelece a Resolução nº 1/2002 que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Reconhecendo a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e a diferença, propõe medidas de adequação da escola à vida do campo. Em seu parágrafo único estabelece que,

a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.(BRASIL,2002)

Em 28 de abril de 2008, a Resolução Nº2, do Ministério da Educação, estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. No seu Art.7, resolve:

A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra-estruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade

local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. § 1º A organização e o funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições. (BRASIL, 2008).

O conceito de educação do campo ainda é um processo inconcluso que necessita agora dos próprios sujeitos sociais do campo. A educação do campo, finalmente, entrou na pauta do ministério da educação, por pressão dos movimentos sociais do campo. Essas diretrizes foram um grande avanço, mas ainda falta uma efetivação dessas políticas, nas esferas municipais e estaduais de educação e, principalmente, pelos professores e professoras que atuam na zona rural. Muitas conquistas já foram alcançadas, mas ainda temos um longo caminho a percorrer para que essas conquistas sejam, de fato, eficiente e contemplem a todos.

1.2 Os movimentos sociais: em defesa da educação do campo

A importância do papel dos movimentos sociais está na denúncia das contradições econômicas e sociais vivenciadas no campo ou na cidade, em cada momento histórico da sociedade. De acordo com Bem (2006, p.1138),

em cada momento histórico, são os movimentos que revelam, como um sismógrafo, as áreas de carência estrutural, os focos de insatisfação, os desejos coletivos, permitindo a realização de uma verdadeira topografia das relações sociais.

Não existe uma data específica para afirmar onde surgiu o primeiro movimento social, mas foi no século XIX que os movimentos mais se destacaram e cresceram, tanto na zona rural, como na urbana. Eles foram se moldando, de acordo com o sistema produtivo da época. Ainda conforme Bem (2006), os movimentos sociais deste século constituíam motins caóticos, sem uma plataforma político ideológica bem delineada e giravam em torno da construção de espaços nacionais, diferentes dos movimentos sociais do século XX, em que os movimentos ganham mais força e passam a se concentrar nas lutas de classes sociais mais específicas, tendo seus paradigmas teóricos e políticos-ideológico mais definidos.

No meio rural brasileiro, as lutas e conquistas foram se moldando, de acordo com as necessidades dos trabalhadores do campo, e se constituindo como um grande desafio para os sujeitos desse espaço social. Segundo Arroyo (1999, p.18),

o movimento social no campo representa uma nova consciência dos direitos à terra, ao trabalho ,à justiça ,à igualdade ,ao conhecimento, à cultura ,à saúde e a educação .o conjunto de lutas e ações que os homens e mulheres realizam ,os riscos que assumem ,mostram quanto se reconhecem como sujeitos de direitos.

A questão da reforma agrária, que, ao longo do percurso histórico dos conflitos no campo, caracterizou-se como ponto central das reivindicações, vem aliada agora a um conjunto de condições que viabilizem a permanência dos sujeitos no campo. Entre essas condições encontra-se a educação como eixo fundamental.

A partir disso é que, no século XX, os movimentos sociais do campo passam a se organizar e a lutar pelo direito à educação, uma educação diferenciada voltada para os interesses e necessidades dos sujeitos que vivem e trabalham no campo, colocando, assim, em debate, um novo conceito de educação, denominada como educação do campo. Assim sendo, como nos diz Vendrami (2007), a educação do campo não emerge no vazio e nem de iniciativas das políticas públicas, mas sim de um movimento social.

De acordo com Caldart (2009, p.39), “a educação do campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo”, tendo em vista que a educação escolar no campo sempre esteve atrelada ao modelo de educação rural que se preocupava apenas com o ensino técnico dos camponeses, gerando mão de obra qualificada para sociedade capitalista. Opondo-se a esse modelo educacional, os movimentos sociais lutam pela educação do campo que, em sua essência, valorize o campo, os sujeitos que ali vivem e atue como fator de fortalecimentos de suas lutas e sua identidade.

Entendemos como sujeitos do campo, todas aquelas pessoas que vivenciam na própria pele os efeitos de uma sociedade excludente e perversa. São eles:

sujeitos que lutam para continuar sendo agricultores apesar de um modelo de agricultura cada vez mais excludente, sujeitos da luta pela terra e pela Reforma Agrária, sujeitos da luta por melhores condições de trabalho e pela identidade própria desta herança, sujeitos da luta pelo direito de continuar a ser indígena e brasileiro, em terras demarcadas e em identidades de direitos sociais respeitados, e sujeitos de tantas outras resistências culturais, políticas, pedagógicas. (CALDART, 2002, p.20)

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), cuja trajetória é de luta em torno da questão da reforma agrária, como também pela implantação de escolas públicas nas regiões de seus assentamentos e acampamentos, destaca-se entre os movimentos sociais do campo. Segundo Caldart (2000, p 27),

quase ao mesmo tempo em que começaram a lutar pela terra, os sem-terra do MST também começaram a lutar por escolas e, sobretudo, para cultivar em si mesmos o valor do estudo e do próprio direito de lutar pelo seu acesso a ele. No começo não havia muita relação de uma luta com a outra, mas aos poucos a luta pelo direito à escola passou a fazer parte da organização social de massas de luta pela Reforma Agrária, em que se transformou o Movimento dos Sem-Terra.

Além do MST, outros movimentos constituem essa dinâmica em torno da questão do campo, como: o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), sindicatos e federações estaduais vinculados à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de uma série de organizações de âmbito local.

Através das experiências educacionais próprias do MST, o movimento sentiu a necessidade de uma proposta educacional específica, com um olhar direcionado para a realidade em que estão inseridos. O MST viu na educação uma luta também política que poderia estar inserida na luta da reforma agrária, junto às diversas preocupações do movimento com a formação de seus sujeitos.

Com essa nova percepção de educação, vem se construindo, no interior dos movimentos sociais do campo, o que Munarim (2008) chama de “Movimento Nacional de Educação do Campo”, de cunho político e pedagógico. O mesmo nos diz que,

a experiência acumulada pelo Movimento Sem Terra (MST) com as escolas de assentamentos e acampamentos, bem como a própria existência do MST como movimento pela terra e por direitos correlatos, pode ser entendida como um processo histórico mais amplo de onde deriva o nascente Movimento de Educação do Campo. (MUNARIM, 2008, p. 2)

Esse movimento ganha corpo na realização do Iº Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (Iº ENERA), realizado pelo MST em 1997, na Universidade de Brasília, em que a educação do campo começou a se

materializar e instigou a realização de conferências e seminários que, enquanto espaços de reflexão, fortaleceram a luta por uma educação diferenciada e reafirmaram a necessidade de políticas públicas específicas para os povos do campo. De acordo com Caldart (2002, p 18), a identidade do movimento por uma Educação do Campo vem se configurando na luta do povo do campo na busca por políticas públicas que garantam o direito à educação e que seja no e do campo. “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.” Assim foi emergindo e se firmando a concepção de Educação do Campo, tendo como protagonistas desse processo os movimentos sociais do campo.

A educação do campo é aquela que reconhece e valoriza o modo de vida, o trabalho, os saberes, os interesses e a cultura dos povos do campo, buscando a construção de um homem capaz de questionar e refletir sobre sua condição humana. Trata-se de uma educação criada pelos próprios sujeitos do campo, a partir de suas necessidades, e não uma educação criada para esses sujeitos desvinculada de seus princípios e valores. Para Vendramini (2007, p.129),

a defesa de uma educação do campo tem como sustentação o reconhecimento de uma realidade de trabalhadores e trabalhadoras que têm resistido para continuar produzindo sua vida no espaço rural. E, especialmente, o reconhecimento de que esta realidade precisa ser alterada, tendo em vista a crescente pobreza, o desemprego, as grandes desigualdades sociais e as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, transporte, infraestrutura etc.). Portanto, pensar um projeto de educação do campo pressupõe a sua sustentabilidade em termos econômicos, sociais e culturais.

Com essas reflexões, é possível perceber que a educação do campo busca qualificar os camponeses para viver no campo, e não sair dele, como o que era de costume devido à influência da idealização da cidade como espaço ideal de desenvolvimento a ser alcançado, e o campo como lugar de atraso. Por meio da valorização do campo como espaço de vida e do fortalecimento da identidade e autonomia de seus sujeitos, é possível romper com essa alienação e aversão à realidade em que estão inseridos decorrentes da discriminação com o campo e com os camponeses, promovendo, assim, uma formação emancipatória, que contribui para construção de sujeitos autônomos, que não se conformam com as

desigualdades e dificuldades a que estão sujeitos, mas que sejam capazes de tomar em suas mãos os destinos de suas vidas e de sua comunidade.

É importante destacar que a educação não garantirá a permanência dos sujeitos no campo, mas como, nos diz Souza (2008), ela é um direito social fundamental para a promoção da dignidade e de meios para lutar pelas condições básicas de vida, no lugar em que escolheram viver.

Algumas conquistas, já foram alcançadas pelas populações do campo frente a todas as reivindicações dos movimentos sociais, como a efetivação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo (Parecer nº 36/2001 e a Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação) que constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam nortear programas e projetos educacionais para o campo. Como também, a criação em 2004, da Coordenação Geral de Educação do Campo na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e a criação do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do campo.

A partir dessas conquistas percebemos, dessa forma, a materialização das ideias gestadas no centro dos movimentos sociais do campo, na busca por políticas públicas que garantam a melhoria da qualidade de vida no campo.

Os movimentos sociais do campo são de fundamental importância para a educação do campo, porque ainda há quem diga que os povos camponeses não necessitam de uma política específica, mas são esses movimentos que, segundo Batista (2006), vêm denunciando os graves problemas da educação no meio rural, os quais continuam presentes até o momento, destacando-se: a falta de escolas para atender a todas as crianças e jovens, existência de muitos adolescentes e jovens fora da escola, falta de infraestrutura nas escolas, docentes sem a formação necessária, falta de uma política de valorização do magistério, falta de uma política de financiamento, entre outros, dos quais falaremos mais adiante.

O que é importante perceber é que muito já foi conquistado pelos movimentos sociais, na busca por uma educação que respeite as individualidades do povo camponês e por mais qualidade de vida no campo, porém ainda é preciso muita luta para que se consolide essa tão sonhada educação. É preciso continuar na luta para superar os paradigmas ainda existentes.

1.3A Educação do Campo e seus desafios

A educação é promulgada na Constituição Federal de 1988 como dever do Estado e direito de todos os cidadãos, independentemente de viverem no campo ou na cidade, porém, infelizmente, essa educação não tem contemplado a todos de forma satisfatória, principalmente aos que vivem no campo.

A educação que é direcionada para o campo é precária em seu desempenho, não leva em conta as especificidades dos alunos do campo e não visa à emancipação desses alunos. O camponês e o campo sempre estiveram associados ao atraso, porém, a partir das lutas das populações camponesas aliadas aos movimentos sociais, a educação do campo, foi conquistando seu lugar na agenda política nos últimos anos e surge como um novo paradigma para orientar as políticas e práticas pedagógicas direcionadas ao povo do campo.

Assim sendo, o camponês deixa de ser atrasado e passa a ser sujeito de direito, e sua prática social, e seus saberes são valorizados. O campo, além de ser lugar de trabalho e moradia, passa a ser considerado como lugar de novas possibilidades e de desenvolvimento social e sustentável.

Historicamente, a educação para os sujeitos do campo nunca foi alvo de interesse dos governantes, ficando sempre em segundo plano. Segundo Molina *et al* (2009), essa ausência do Estado na oferta dos direitos educacionais aos povos do campo resultou na implantação tardia das escolas no campo sem o suporte necessário para que se desenvolvessem.

A falta de ajuda do poder público no processo de consolidação das escolas no campo dificultou seu crescimento, provocando um abismo entre a situação educacional do campo e da cidade vivenciado até os dias atuais. Além do descaso por parte do governo, outros fatores que agravam a situação educacional do campo são a alta taxa de analfabetismo, falta de escolas, estrutura física inadequada, atraso dos alunos com relação à série, professores sem formação adequada, escassez de recursos, currículos indiferentes às especificidades do campo e práticas pedagógicas urbanocêntricas.

Pesquisas como as realizadas pelo censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que em termos proporcionais, o campo é um dos locais que mais concentram analfabetos no país, totalizando 30% da população que não sabe ler e escrever. Tal fato mostra a urgência de criação e

efetivação de políticas públicas para o campo que propicie a alfabetização e fortaleça a sua identidade.

De acordo com Molina, Montenegro e Oliveira (2009), as baixas taxas de escolarização correspondem a altos índices de distorção idade-série no campo, que já se manifestam no início da escolarização e que se intensificam no ensino médio, chegando a um percentual de 55,8% dos alunos do meio rural, número que corresponde a mais da metade dos alunos. Para esses autores, “a inadequação idade-série (...) desencadeia uma onda perversa, que afeta a trajetória escolar dos alunos no meio rural e se transforma numa das principais causas do abandono e, até mesmo, da evasão escolar.” (MOLINA *et al*, 2009, p.17)

Outro fator preocupante é a rede de ensino do meio rural que apresenta um número reduzido de escolas de pequeno porte, que, na maioria das vezes, são espaços cedidos pela própria comunidade, como alternativa de garantir a educação dos seus filhos,

são vários os problemas de estrutura nas escolas do campo. Esses problemas dizem respeito às condições dos prédios, bibliotecas, recursos pedagógicos, materiais e também recursos humanos. Sem condições materiais (recursos), a formação das pessoas é prejudicada, porque a falta de uma estrutura adequada impede o acesso a uma educação de qualidade. (UFBA, 2010, p.58)

Com a política de nucleação, o número de escolas no campo vem diminuindo ainda mais. Devido ao pequeno porte, as escolas são fechadas e os alunos são deslocados para as escolas da cidade mais próxima. Dessa forma, os alunos passam a percorrer uma distância maior entre a moradia e a escola, em que o tempo gasto no trajeto de ida e volta torna-se muita das vezes maior do que o tempo que os alunos passam na sala de aula, gerando outro problema: a maioria começa e não termina os estudos, diante de tantas dificuldades. Segundo Vendramini (2007), essa política de nucleação tem o objetivo de racionalizar a estrutura e a organização de pequenas escolas, em comunidades que contam com um reduzido número de crianças em idade escolar e diminui, o número de classes multisseriadas.

Vale destacar, também, questões inerentes ao currículo e à prática pedagógica que tem se efetivado nas escolas do campo, pois, apesar do avanço em torno das discussões sobre educação do campo, ambos permanecem enraizados no

modelo urbanocêntrico de educação, que privilegia os saberes urbanos em detrimento dos saberes culturais próprios das populações rurais.

Todavia, sabemos que o campo é um espaço que possui identidade, cultura e valores próprios. Dessa forma, não se pode direcionar uma educação entre outros serviços públicos aos sujeitos que nele vivem iguais a que é aplicada na cidade, sem dar a devida importância às especificidades da realidade na qual estes sujeitos estão inseridos. Esse paradigma urbano faz do campo uma extensão da cidade e traz consequências como a secundarização do campo e a desconstrução da sua cultura. Como nos diz Marinho (2008, p.157),

a educação oferecida para o homem na zona rural deve despertá-lo para si e seus valores e não para a cidade em detrimento dos seus. Através da educação, o homem do campo deve descobrir-se e descobrir seu meio transformando este e eliminando a política paternalista, que o mantém como inferior.

Os processos educacionais, para terem representatividade na vida dos alunos, devem sempre partir da realidade na qual seu alunado está inserido. Nesse sentido, as práticas pedagógicas direcionadas para os povos do campo devem estar comprometidas com a emancipação dos mesmos, rompendo com a concepção urbanocêntrica de educação.

Além disso, grande parte dos professores do campo não possuem habilitação necessária para lecionar. A falta de professores qualificados para atuar nesta realidade agrava a situação das escolas do campo, pois a atuação docente é fator fundamental para o ingresso e permanência do educando na escola.

O educador do campo precisa estar munido de elementos que atendam as necessidades específicas dos educandos. Ele deve utilizar a bagagem de experiências trazidas pelo alunado como matéria prima para o ensino. Para Arroyo (2007, p.167), os programas de formação dos educadores (as) do campo devem incluir:

As questões relativas ao equacionamento da terra ao longo de nossa história, as tensões no campo entre o latifúndio, a monocultura, o agronegócio e a agricultura familiar; conhecer os problemas da reforma agrária, a expulsão da terra, os movimentos de luta pela terra e pela agricultura camponesa, pelos territórios dos quilombos e dos povos indígenas. Conhecer a centralidade da terra e do território na produção da vida, da cultura, das identidades, da tradição, dos conhecimentos.

É fator primordial que o educador conheça a realidade em que seu aluno está inserido para que propicie uma educação de qualidade e contribua para melhoria na sua qualidade de vida. O conhecimento e a vivência da realidade do campo contribuem, de certa forma, para práticas pedagógicas mais integradas com o contexto em questão. Com isso,

os movimentos sociais passam a exigir a definição de critérios que responsabilizem o Estado, as políticas e as instituições públicas com a formação específica de profissionais para a garantia do direito público à educação dos povos isolados, para configurar políticas de Estado que assumam a especificidade da formação de educadores e educadoras do campo (ARROYO, 2007, p.165).

Grande parte das escolas rurais apenas oferece turmas multisseriadas, em que um conjunto de alunos de diferentes séries escolares são agrupados em uma única sala de aula e atendidos por um único professor, o que faz com que o professor tenha que desempenhar um papel muito mais complicado em virtude da diferença da faixa etária, da falta de apoio e de material didático apropriado. Além disso, observa-se a falta de atualização das propostas pedagógicas, baixos salários e sobrecarga de trabalho dos professores, necessidade de implementação de calendário escolar adequado às necessidades do meio rural.

Se a intencionalidade é melhorar o sistema escolar é preciso que se invista na qualificação e na valorização dos profissionais de educação, pois tais fatores são condições essenciais para se garantir qualidade ao ensino. Enfim, são inúmeras as desigualdades e as dificuldades existentes na área rural. Tais fatores expõem a necessidade de adoção de políticas afirmativas, para solucionar tais problemas.

2. ESTÁGIO SUPERVISIONADO: UM PROCESSO DE REFLEXÃO E AÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

2.1 O professor, sua identidade e seus saberes da docência

A formação docente é uma tarefa complexa, inicia antes mesmo de sua formação acadêmica e não se restringe a ela. Trata-se de uma constante formação onde o estágio supervisionado se caracteriza como uma das etapas da formação inicial do docente, pois, como nos diz Vagula apud Nóvoa (2005, p.106),

o processo de formação de professores deve ser compreendido como um ciclo que vai desde o ingresso de cada professor na escola, enquanto aluno, até o final de sua trajetória profissional.

A formação para a docência tem que ser um tempo de construção, não pode nem deve ser, um tempo passivo, que se resume apenas em fazer as atividades propostas pelos professores universitários e Instituições universitária, tem que ser um tempo reflexivo que, com a teoria e a prática, vai se construindo um conhecimento e uma identidade própria.

Os alunos, ao escolherem um curso de licenciatura como o de Pedagogia, já possuem algumas noções do que é ser professor, pois durante muito tempo foram alunos e tiveram contato com todo tipo de professor, com os mais diferentes tipos de ensino, assim eles próprios já dispõem de uma bagagem e já têm algumas definições do que seja ser professor. Nessa perspectiva, Freire (1996 p.3) vem nos dizer que é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O curso de formação inicial vem colaborar com a construção da nossa identidade como professor (a), desmitificando algumas pré-definições. Ao começar a ter acesso a outras teorias e práticas, o futuro docente vai refletindo e formando sua própria identidade, como bem nos fala Freire (1996, p.1):

O processo de aprender pode deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente que pode torná-lo mais e mais criador, ou em outras palavras: quanto mais criticamente se exerça a capacidade de aprender tanto mais se constrói e desenvolve a “curiosidade epistemológica”, sem a qual não alcançamos o conhecimento cabal do objeto.

Mas, o que podemos entender por identidade? No dicionário Houaiss (2004), encontramos a definição de identidade como: “conjunto das características próprias e exclusivas de um indivíduo ou consciência da própria personalidade”. A identidade não se limita apenas a características, mas a ter a consciência dessas características, sendo próprias de cada identidade, sendo esta a verdade de cada prática. Quanto mais criticamente pensamos, desenvolveremos uma curiosidade sobre o conhecimento, sendo essa curiosidade crítica, responsável pelo surgimento da nossa identidade.

Pimenta (1996, p75) afirma que,

a identidade não é um dado imutável nem extremo, que possa ser adquirido. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado. A profissão de professor, como as demais, emergem em dado contexto e momento históricos, como resposta à necessidades que estão postas pelas sociedades, adquirindo estatuto de legalidade.

A identidade, como Pimenta aponta acima, é construída a partir de um contexto histórico no qual o sujeito está situado, ele não é vazio, vem se fundamentando com as relações políticas, sociais e culturais existentes. A própria profissão de professor, com o tempo, veio assumindo identidades diferentes, que são necessárias ao caráter dinâmico da profissão docente e para atender as demandas da sociedade. A partir dessas demandas, surgem outras exigências, para atender as necessidades emancipatórias da educação.

A mesma autora salienta ainda que “uma identidade profissional se constrói, pois a partir da significação social da profissão da revisão constante dos significados sociais da profissão”. (PIMENTA, 1996, p.76) As profissões, também, vêm, se adaptando ao meio social, e a profissão de pedagogo tem que preparar para atuar nos mais diferentes contextos.

Uma das demandas da sociedade foi a educação do campo, que busca hoje formar um novo profissional, para atender a população do meio rural, Nesse intuito encontra-se a o curso de Pedagogia com área de aprofundamento em educação do campo que visa a formar um profissional com uma identidade capaz de contribuir com essa demanda, já que o campo têm também sua identidade. Por isso esse novo profissional tem que estar situado na realidade camponesa. É preciso conhecer a identidade da escola, que é própria de cada realidade social, para, assim, começar a construir a sua própria identidade quanto docente, saber os princípios que norteiam

a educação do campo, que busca uma educação igualitária por direito, e diferente na sua especificidade.

Outro aspecto pertinente na formação de professores diz respeito aos saberes necessários, que devem orientar a docência, cabendo à instituição formadora, a tarefa de propiciar a aquisição de tais saberes, visando à qualificação de sujeitos, capazes de lidar com diferentes situações da prática pedagógica, com autonomia, criatividade e capacidade de reflexão sobre sua prática. Dessa forma,

dada a natureza do trabalho docente, que é ensinar como contribuição ao processo de humanização dos alunos historicamente situados, espera-se da licenciatura que desenvolva, nos alunos, conhecimentos e habilidades, atitudes e valores que lhes possibilitem, permanentemente, irem construindo seus saberes fazeres docentes, a partir das necessidades e desafios que o ensino, como prática social, lhes coloca no cotidiano. (PIMENTA, 1999, p.18)

Na atualidade, não há mais espaço para a concepção de formação de professores enquanto mero transmissor de conhecimento, que privilegia o caráter instrumental do fazer pedagógico, sendo esta concepção substituída por uma abordagem em que o professor faz da sua prática um ato criativo, transformador e reflexivo, construindo e reconstruindo seus saberes, conforme as necessidades e desafios que vão surgindo, no cotidiano da sala de aula.

Vale ressaltar que os cursos de formação inicial não são as únicas fontes de saberes dos professores. O saber docente envolve diferentes saberes, adquiridos durante a formação acadêmica, na prática diária de sua profissão e a bagagem de conhecimentos empíricos adquiridos em diferentes momentos da história de vida do futuro docente, ou seja, a aquisição de saberes no processo de formação docente vai além da abordagem acadêmica, envolvendo a dimensão pessoal e profissional .

Certos saberes da docência só são desenvolvidos na prática diária do professor, uma vez que , é no trabalho na sala de aula que o professor se depara com situações conflituosas e inesperadas, e na tentativa de solucionar tais questões que o professor vai consolidando seus saberes teóricos e adquirindo habilidades que contribuem para sua competência profissional. Nessa perspectiva, que o estágio se faz importante, por seu caráter prático e por possibilitar o contato direto com a sala de aula, e situações inesperadas, assim, o futuro docente vai aprendendo e adquirindo saberes práticos fundamentais para docência, antes mesmo de assumir

sua própria sala de aula. A articulação do campo teórico com o prático é de suma importância na formação acadêmica, não só de professores, mas em todas as profissões.

Nessa direção, a autora Pimenta (1999), classifica três saberes como essenciais para o exercício da docência, e cujo posicionamento assemelha-se com o pensamento de autores, como Tardif (2002) e Gauthier (1998), são eles: *saberes da experiência*, que são os mediadores no processo de construção da identidade de futuros docentes e também se referem aos saberes que o professor produz em sua prática; *saberes das áreas do conhecimento*, que são conhecimentos específicos e científicos; *saberes pedagógicos*, que se referem ao saber didático e envolve questões como a relação professor-aluno, processo de ensino-aprendizagem, métodos de ensino. Com isso, entendemos que o professor é um profissional que detém saberes de várias ordens e são esses saberes que orientam a prática docente e capacita o professor a administrar o ensino e a sala de aula alcançando seus objetivos pré-definidos.

Para Tardif (2002) os saberes da docência são plurais, originados dos *saberes da formação profissional*, transmitidos pelas instituições formadoras; *saberes disciplinares*, saberes dos quais a sociedade dispõe e encontram-se divididos em disciplinas; e *saberes curriculares*, que correspondem a conteúdos, métodos e valores, a partir dos quais a escola têm como modelo a seguir; e *experienciais*, baseados no cotidiano do trabalho do professor.

Na visão de Gauthier (1998), os saberes da docência são formados pelo *saber disciplinar*, que é o conhecimento produzido a respeito do mundo e organizado em disciplinas; *saber curricular*, são aqueles produzidos pelas ciências e a escola transforma em programas escolares ; *saber das ciências da educação*, que são conhecimentos profissionais da educação, como, por exemplo, conselho escolar; *saber da tradição pedagógica*, referentes a postura do professor; *saber experiencial*, diz respeito aos segredos da sala de aula, como truques e estratégias que não são públicos; e *saber da ação pedagógica*, que é o saber experiencial utilizado publicamente. Percebemos que esses autores fazem uma síntese dos saberes que julgam necessário para o docente saber ensinar e cujas visões são comuns em alguns aspectos. E revelam o vasto repertório de conhecimento que o professor precisa possuir para sua prática em sala de aula. Tais saberes são construídos e reelaborados pelos docentes em sua prática diária.

A partir da reflexão da sua prática pedagógica e frente às novas demandas educacionais, o professor acaba reconstruindo os saberes adquiridos na sua formação inicial, modificando, assim, o seu fazer pedagógico. É por isso que destacamos a formação docente como um processo continuado, permanente.

Nesse sentido, diante do contexto da Educação do campo, o professor necessita, além desses saberes docentes, outros saberes específicos, que atendam às especificidades do campo e de seus sujeitos, visto que o campo e os sujeitos que ali vivem e trabalham possuem conhecimentos e identidade própria que não podem ficar à margem do processo educacional. No artigo 13 da Resolução CNE/CEB nº1/2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, ressalta-se a necessidade dessa complementação de saberes na formação dos professores para o exercício da docência nas escolas do campo cuja responsabilidade recai sobre os sistemas de ensino que,

além dos princípios e diretrizes que orientam a Educação Básica no país, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, os seguintes componentes: I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo; II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas. (BRASIL, 2002)

Trata-se de promover, na formação docente, a aquisição de saberes sobre a história do campo, o modo de vida e de trabalho de seus sujeitos, questões culturais, ambientais, sociais e econômicas do campo. Nesse âmbito, a formação específica de professores, para o campo, surge como forma de garantir os direitos na especificidade de seus povos. A formação específica de professores para o campo se configura como uma das reivindicações dos movimentos sociais na garantia dos povos do campo à educação, por entenderem que o educador e sua formação são fatores relevantes para um ensino de qualidade. Segundo Munarim (2006, p.25),

tal formação deve assentar-se em princípios universais já consagrados no setor das ciências da educação, e que leve em conta que o campo é constituído de especificidades que não podem ser ignoradas nos processos

educativos, mais que isso, essas especificidades somente estarão presentes se o professor tiver tido formação adequada.

O que se propõe não é apenas tornar os professores conhecedores dos problemas do campo, mas desafiá-los a utilizar todo o conhecimento adquirido, no decorrer de sua formação, em ações que contribuam para o processo de organização dos sujeitos do campo. Significa formar professores para atuar não só nas cidades, mas também no campo, comprometidos com essa realidade, suas especificidades e suas questões de luta, e que, através de sua prática contextualizada, forme cidadãos capazes de transformar a realidade na qual estão inseridos na busca de melhores condições de vida. Para Arroyo (2007), uma das marcas da formação específica para professores do campo é compreender a força que o território, a terra, o lugar tem na formação social, política, cultural e identitária dos povos do campo.

É nessa perspectiva que a Educação do Campo vem trazendo, na sua trajetória, a criação de muitos cursos de formação de professores, como o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), que apoia a implementação de cursos regulares de Licenciatura em Educação do Campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais, e o Curso de Licenciatura em Pedagogia com Área de aprofundamento Educação do Campo, da UFPB que tem como objetivo a formação de educadores para atuarem nos anos iniciais das escolas de áreas rurais e de Assentamentos da reforma agrária.

Esses cursos surgem, como já sabemos, das demandas dos movimentos sociais do campo para suprir a falta de educadores com formação de nível superior nas escolas do campo, com o desafio de promover, metodologias e posturas docentes que permitam o diálogo permanente com a valorização e a vida no campo, uma escola com a identidade do seu povo.

Assim sendo, tais reflexões e iniciativas dos movimentos sociais em torno da educação do campo evidenciam a necessidade de uma formação específica de professores e professoras para a melhoria da educação básica do/no campo, cujo objetivo é formar educadores com conhecimentos e competências baseadas nos

saberes da zona rural e no conhecimento científico, para uma intervenção crítica e participativa de organização e melhora dessa área social.

2.2A importância do estágio para a formação da docência

Em toda e em qualquer qualificação, o estágio aparece como requisito essencial nesse processo, pois possibilita aos alunos o contato direto com a realidade na qual se pretende atuar. É no estágio que o aluno aplica o conhecimento adquirido durante sua formação e obtêm experiência, independência e autonomia para atuar no seu campo profissional. A Lei nº11. 788 de 25 de setembro de 2008 regulamenta o estágio e o define como:

Ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008)

É através do estágio que o aluno poderá perceber se sua escolha corresponde a sua aptidão, tendo, assim, a oportunidade de observar de perto a realidade de sua área profissional e decidir se realmente quer seguir a profissão. Segundo Almeida (2006, p.9),

o período de realização do estágio é o momento mágico da formação acadêmica onde o aluno tomando consciência de seu futuro visualiza e planeja sua vida profissional, tomando consciência real da profissão, oportunidade de unir a carga de informações teóricas com a prática.

Nessa perspectiva, o estágio na formação de profissionais de educação é considerado requisito obrigatório, fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9394/96) e na Resolução CNE/CP nº 1/ 2002, fundamentada nos pareceres CNE/CP 9/2001 e 27/2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, dos cursos de licenciatura e de graduação plena. O estágio supervisionado vem proporcionar uma complementação na formação profissional dos futuros docentes, além de ser uma experiência prática na vida acadêmica, ele propicia a oportunidade de refletir sobre as teorias e saberes adquiridos durante o curso.

Para Pimenta (1995) a finalidade do estágio, é levar os alunos a uma análise das realidades sobre as quais atuarão, oportunizando, assim, experiências concretas das questões de ensino e de procedimentos pedagógicos. O estágio supervisionado é uma disciplina de muita relevância para a formação docente, pois é a partir do contato com a realidade que somos capazes de enxergar e reconhecer as limitações e dificuldades existentes no meio em que estamos inseridos. E assim poder intervir, não sendo apenas um objeto do meio social, mas um ser capaz de agir e modificar este meio.

Como nos diz Freire (1983, p.7), “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir”. Com a prática do estágio, podemos assumir um compromisso social, uma vez que começaremos a refletir com essa prática sobre os problemas que envolvem a nossa sociedade.

O estágio é citado na LDB 9394/96 (Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional), em seu Art. 82, no qual define que “os sistemas de ensino estabelecerão as normas para realização dos estágios dos alunos regularmente matriculados no ensino médio ou superior em sua jurisdição”. Ao aluno, cabe estagiar e a instituição supervisionar é nesse momento que o aluno deixa de ser apenas aluno e passa a ser também professor, com isso, o aluno passa a ser um pesquisador e cientista questionando a partir da sua própria prática, e com as indagações que cada realidade vai levantando.

De acordo com Pimenta (1995), o estágio, como todas as disciplinas, é uma atividade teórica (de conhecimento e estabelecimento de finalidades) na formação do professor e instrumentalizadora da práxis (atividade teórica e prática) educacional, da transformação da realidade existente. Trata-se de ter teoria e prática ao mesmo tempo na formação de professores, sendo um eixo de todas as disciplinas do curso, pois, como aponta os parágrafos 1º e 2º do art.12 da Resolução CNE/CP 1/2002, a prática não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a restrinja ao estágio, desarticulado do restante do curso. E deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor.

O estágio não é apenas uma oportunidade prática que, erroneamente, na maioria das vezes, se resume à observação e à reprodução de ações, todavia deve ser um espaço em que o aluno traga os elementos da prática para serem objetos de reflexão. Pois, como nos diz Guedes (2009, p.9420),

o espaço do estágio suscita discussão, pesquisa, estudo, avaliação de teorias e conceitos formulados e estudados em todos os campos do conhecimento. Dessa forma, o Estágio Supervisionado passa a ter função fundamental que não é apenas levar os conhecimentos teóricos ao campo da prática, mas compreendê-los, elaborá-los, pensando a realidade vivida pelo futuro professor.

O estágio ajuda a desenvolver seres autônomos confiantes, conhecedores e críticos, sendo esse um dever das instituições que ajuda na formação integral do aluno, sendo esse aluno um agente de transformação. No curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, torna-se essencial que o aluno almeje essas dimensões, considerando que esse curso apresenta uma especificidade e requer que os alunos tenham uma formação mais específica para atuar com uma parte da nossa sociedade, que vive no meio rural e que tem suas especificidades, cultura e costumes diferenciados do meio urbano.

Cada pedagogo ou pedagoga precisa conhecer o meio em que pretende atuar. Como nos diz Freire (1979, p. 35), não há educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio. Todo ser humano já nasce numa sociedade, o que não quer dizer que esta sociedade já esteja pronta e não precise mais da intervenção do homem. Cada um precisa compreender como se deu seu processo histórico, para entender como se encontra seu contexto atual, e para que ele possa compreender o que pode acontecer, quando se relaciona nessa sociedade. Assim, sabemos que, “A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo”. (FREIRE, 1979, p. 43)

O professor que se capacita na sua formação deve ter competência para se inteirar no contexto em que for atuar, sendo ele um ser crítico capaz de transformar a sua realidade, atendendo e respondendo às necessidades da escola e da sociedade e, principalmente, de cada educando. Na LDB 9394/96, é dito que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil nas manifestações culturais. Como podemos ver, o conhecimento vai além da sala de aula. Ele também acontece na interação com o outro, assim temos que estar sempre repensando a prática pedagógica sabendo, que ela tem sua importância e o seu papel, aconteça onde

aconteça essa educação, sabendo-se que ela não se limita apenas no espaço da escola. Por isso, é preciso conhecer a sociedade, para trabalhar com ela e para ela.

No entanto, o estágio, quando não favorece o exercício da reflexão sobre a prática pedagógica que se observa resumindo-se ao cumprimento de uma tarefa burocrática, acaba propiciando novas práticas baseadas na imitação de modelos. Quando um aluno de licenciatura se forma, mesmo tido durante o curso acesso a conteúdos científicos e a problemáticas sociais do cotidiano que o ajudou a formar uma consciência crítica e que o ajudaria a modificar esta prática tradicional de ensino, esse não o faz, caracterizando-se, muitas vezes, sua formação numa educação bancária, onde foi apenas depositado o conhecimento nele e de nada contribuiu para uma prática pedagógica social e crítica suficiente para desenvolver um crescimento intelectual capaz de contribuir com uma nova postura profissional. Para as autoras Pimenta e Lucena (2006, p.7),

a profissão de professor também é prática. E o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes nossos alunos aprende conosco, observando-nos, imitando, mas também elaborando seu próprio modo de ser a partir da análise crítica do nosso modo de ser.

O estágio tem que propor ao aluno uma mudança de postura. O que, às vezes, se torna mais fácil para o aluno é reproduzir o que ele sempre foi vendo quando também aluno, por isso é importante, como vêm nos dizer Pimenta e Lucena (2006, p. 7), que nem sempre o aluno dispõe de elementos para essa ponderação crítica e apenas tenta transpor os modelos em situações para as quais não são adequadas. O professor é responsável pela melhoria da aprendizagem na educação, não devendo se mostrar como um mero reproduzidor de modelos, mas ser um profissional que utiliza o conhecimento adquirido para desenvolver propostas pedagógicas eficientes.

O estágio não é apenas uma etapa do curso de Pedagogia que tem que ser cumprida, mas é também uma metodologia que permite um avanço na práxis, na medida em que pressupõe uma intervenção investigativa e reflexiva. É um ponto de partida que permite observar a teoria aprendida em sala, percebendo as várias situações existentes dos sistemas das diversas práticas de ensino. Assim, a prática de estágio proporciona uma problematização da escola e, sendo a teoria e a prática indissociáveis, essas duas concepções apresentam não só as necessidades

educacionais, mas a da própria sociedade. A autora Raymundo (2006, p.26) destaca que,

quando se trabalha integralmente teoria e prática, permitindo que a primeira seja o ponto de reflexão crítica sobre a realidade a fim de poder transformá-la, o estágio constitui um elo, que certamente culminará numa proposta significativa de interferência com vistas à mudança e à busca da qualidade de ensino. Assim formaremos um profissional com domínio dos conhecimentos específicos e pedagógicos, que fará de sua prática um processo contínuo de investigação.

No estágio, o espaço da escola com seu cotidiano escolar passam a ser um objeto concreto de pesquisa onde se aprende um contexto histórico, social e cultural. E tanto a Escola como a Instituição educacional formadora de docentes se beneficiam com isso. Todavia, o estágio deve ser planejado e como ressalta Guedes (2009, p.11), superando a ideia de empirismo, da prática pela prática e do cumprimento de atividades e carga horária.

Enfim, é notória a importância do estágio na formação de professores, na medida em que propicia a experiência em situações de ensino-aprendizagem, como também vivenciar os desafios da prática pedagógica que vão surgindo no decorrer da caminhada. Assim, possibilita o desenvolvimento de habilidades necessárias para a prática pedagógica. É necessário que o futuro docente saiba enxergar essa importância do estágio na sua formação, assumindo, assim, uma postura crítico-reflexiva nesse processo, pois o estágio não acontece neutramente. Trata-se de uma disciplina teórico-prática onde o futuro docente passa a ter uma visão do seu papel na sociedade e que sua função é extremamente importante na garantia da qualidade de ensino.

2.30 estágio, suas etapas e seu desenvolvimento

Identificada à carência do campo, na necessidade de uma educação de qualidade cuja metodologia seja adequada as reais necessidades dos alunos do campo, que o curso de Licenciatura em Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo vai criando forma nos espaços da Universidade Federal da Paraíba, com o objetivo de suprir essa defasagem do campo através da formação de professores para atuar nessa realidade.

Considerando a necessidade de capacitação de professores para atuar nos campos de trabalho emergentes na área e tendo por base a Lei 9.394/96(Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional) a Resolução CNE/CP nº. 01/2006, que define as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Pedagogia e a Resolução CONSEPE/UFPB nº. 34/2004, que orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB é aprovado o Projeto Político Pedagógico do curso regulamentado pela Resolução nº47/2009, por meio do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, da Universidade Federal da Paraíba.

O curso tem como objetivo geral proporcionar a formação de professores de nível superior para atuar em projetos educativos nas áreas rurais em geral e de assentamentos dos movimentos sociais do campo. A primeira turma do curso ingressou na instituição por meio de vestibular (REUNI) ⁶ no segundo semestre do ano de 2009, tendo inicialmente 51 alunos. Temos atualmente 18 estudantes concluindo o curso e aproximadamente 295 em processo de formação. O curso têm um total de dez semestres, sendo o estágio supervisionado oferecido do quinto ao nono semestre.

O estágio supervisionado nesse curso é regulamentado pela Resolução CCPedcampo nº03/2011, que o conceitua como componente curricular obrigatório, norteado e articulado pelos princípios da relação teoria-prática e da integração ensino-pesquisa e extensão e pela aproximação do estudante à realidade de sua futura atuação profissional e sua vivência .

O objetivo geral do estágio supervisionado nesse curso, é propiciar uma formação abrangente na medida em que proporciona a vivência em diferentes espaços de atuação docente, como a realidade educacional das escolas do campo e também conhecer sua diversidade cultural e sujeitos que vivem no espaço rural e entender como ocorre e se organiza a prática pedagógica nesse meio.

As disciplinas de estágio supervisionado, em geral, têm como orientação metodológica: conhecimento da realidade escolar; reflexão sobre essa realidade; identificação de situações que possam ser trabalhadas pelo estagiário em sua proposta pedagógica; desenvolvimento da proposta pedagógica; aplicação da proposta; avaliação do estágio e conclusão.

Iniciando no quinto período letivo do curso, o estágio, deve ocorrer em escolas situadas no campo ou em escolas da zona urbana, desde que o seu público

⁶ REUNI- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

alvo seja predominantemente sujeitos do campo. O seu desenvolvimento tem duração de quatrocentas e noventa e cinco horas, distribuído em cinco períodos letivos divididos em Estágio Supervisionado I, II, III, IV e V, cada um com objetivos específicos que servem de sequência e pré-requisitos para outra.

No Estágio Supervisionado I, enfatiza-se a observação e a participação no processo pedagógico do ensino fundamental (séries iniciais), considerando questões relacionadas com a vivência do estagiário e questões teórico-metodológicas inerentes ao processo educativo das práticas vivenciadas.

Esse estágio inicial se constitui como um instrumento de integração do aluno na realidade educacional, principalmente para aqueles que até o momento não tiveram a oportunidade de observar de perto essa realidade. A observação é um momento de realização de análise local, verificando como ocorre a prática e a rotina escolar. Nesse primeiro estágio, é possível verificar a prática pedagógica, buscando compreender sua organização e dinâmica, como também observar às questões inerentes à educação do campo, às estruturas físicas e pedagógicas da escola e como ela se efetiva na prática ou até mesmo se está sendo efetivada.

Na segunda etapa, que é o Estágio Supervisionado II, são abordadas questões relativas à dinâmica da sala de aula, o planejamento e o ensino/aprendizagem também nas séries iniciais do ensino fundamental, dando ênfase aos conteúdos e na prática de ensino da Língua Portuguesa. A importância desse período de acompanhamento das aulas de Língua Portuguesa justifica-se devido à necessidade de se repensar as metodologias utilizadas, tendo em vista que, em sua grande maioria, resumem-se a práticas descontextualizadas da realidade (dialeto) dos alunos.

No Estágio Supervisionado III, prossegue a ênfase na dinâmica da sala de aula, o planejamento e o ensino/aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental, porém tendo como foco o Ensino de Matemática. Com a vivência nesse estágio, é possível observar como se dá o processo de ensino-aprendizagem de crianças do ensino fundamental na disciplina de matemática. E, através de nossa prática, em conjunto com a professora, propiciar um trabalho diferenciado, em que os conhecimentos matemáticos trabalhados sejam realmente úteis na vivência cidadã de cada aluno.

No Estágio Supervisionado IV, tem por objetivo um estudo avaliativo sobre questões do ensino-aprendizagem de crianças nos anos iniciais da Educação

Básica, observando como se desenvolve o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na perspectiva da educação inclusiva, nos quesitos de condições de acessibilidade da escola, ensino e desenvolvimento das atividades próprias para esse grupo de alunos.

Na última disciplina de Estágio, Supervisionado V o foco é a gestão da escola e da sala de aula e o ensino/aprendizagem da Educação Básica no campo. O estágio na perspectiva da gestão escolar é muito significativo para nossa formação. Nele é possível conhecer o trabalho da gestão escolar sobre os aspectos de administração, planejamento e execução do trabalho realizado pelo gestor (a), como também verifica-se a gestão das salas de aula, sobre os aspectos de organização, relacionamento dos professores com os alunos e o trabalho com os conteúdos em sala de aula.

Enquanto graduandas concluintes do curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, destacamos as vivências durante todo esse processo de aprendizagem nos estágios como fundamentais em nossa formação acadêmica. Tendo em vista que a formação teórica é fundamental, porém não é suficiente, torna-se necessário, a inserção na realidade na qual pretendemos atuar, reconhecendo os fatores positivos e negativos da área, a fim de desenvolver habilidades e competências pertinentes ao exercício da docência.

As experiências vividas com o estágio nas escolas do campo das cidades vizinhas dos arredores da capital de João Pessoa, nos, fizeram conhecer uma realidade desprezada por muitos, devido a suas dificuldades, porém rica em saberes e histórias de vida. Tais experiências propiciaram a reflexão sobre importantes aspectos relacionados à educação do campo e a aquisição de saberes específicos essenciais para a intervenção nesse meio.

É por meio da prática que o aluno vai se capacitando para lidar diretamente com as situações que futuramente irá vivenciar quando for responsável por sua própria sala de aula. A realização dos estágios não é um processo fácil, tem suas dificuldades, porém pequenas diante das conquistas na nossa formação acadêmica como também pessoal. Em linhas gerais, podemos dizer que nossos estágios foram positivos, marcados pelo aprendizado, pelo conhecimento que adquirimos, ao vivenciar e exercer de forma concreta a função de professor. Além disso, conseguimos realizar as atividades planejadas e contribuimos também para aprendizagem dos alunos. Além de ver a educação sobre outra óptica. O estágio,

quando realizado com seriedade e de maneira competente e responsável certamente terá bons frutos.

3. REPENSANDO A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO, A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS NA DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Neste capítulo, apresentaremos os resultados obtidos através da análise das respostas apresentadas nos questionários aplicados, sobre as vivências fruto do processo de estágio supervisionado, realizado no curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo. O público-alvo desse questionário foram os alunos que estão iniciando o estágio no 5º período do curso e alunos do 10º período que já concluíram a disciplina de estágio e estão em fase de conclusão de curso. E também professores que lecionaram a disciplina de Estágio Supervisionado.

Visando a identificar quais foram os fatores positivos e negativos dos estágios supervisionados na formação dos estudantes é que aplicamos um questionário com os alunos em diferentes etapas do estágio. Além disso, tendo o curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo o objetivo de formar professores para atuar nessa realidade específica, sentimos a necessidade de saber a perspectiva dos estudantes, diante dessa questão.

Organizamos a análise dos questionários em três partes: iniciamos com a visão dos alunos que estão na primeira disciplina de estágio do curso; na segunda parte, a percepção dos alunos concluintes; e finalizamos com os professores de estágio. A partir desses questionários, foi possível conhecer a compreensão de cada aluno referente aos estágios, em que apresentaram suas expectativas, frustrações e contribuições da disciplina em sua formação acadêmica.

Contamos com a colaboração de vinte e nove estudantes, sendo vinte do 5º período, nove do 10º período e três professores. A fim de resguardar a identidade dos alunos/estagiários e professores, utilizamos neste trabalho nomes fictícios.

3.1 Estagiários e suas vivências

O curso de Pedagogia aqui analisado é um curso que apresenta uma trajetória de luta, como vimos na própria história da Educação do Campo. O processo de colonização ao qual fomos submetidos ainda traz vestígios na qualidade da educação para os sujeitos que compõem a área rural do nosso país. É

verdade que algumas conquistas foram alcançadas, mas, mesmo com todo o progresso da educação do campo, é necessário preservar o que já temos e buscar ações que contribuam para o avanço da proposta de educação como direito de todos. Nesse sentido, esse curso surge como mais uma contribuição na formação de professores da educação básica em nível superior para atuar em escolas situadas em áreas rurais.

É importante destacarmos que o curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo é um curso da Universidade Federal da Paraíba que, mesmo tendo uma especificidade rural, está localizado na área urbana de João Pessoa e tem como um de seus principais objetivos formar profissionais qualificados para contribuir nos espaços da educação do campo.

Essa pequena introdução foi feita para confrontarmos melhor as respostas dos alunos entrevistados com a especificidade do curso que estamos aqui analisando. Inicialmente, aplicamos o questionário com os alunos que estão começando a cursar a disciplina de estágio I. Esse estágio se inicia no quinto período do curso. Optamos por fazer a pesquisa com esses alunos, que estão no início do estágio, para conhecer e compreender, suas expectativas a respeito do curso, com esta área específica, e, principalmente, sobre o espaço para o qual estará capacitado para trabalhar, quando se formarem.

Além disso, a partir dessa questão do curso e compreendendo que o estágio supervisionado é um processo de formação de grande relevância nas licenciaturas, em que o aluno deixa a sala de aula e conhece o campo no qual irá atuar enquanto profissional é que decidimos conhecer qual a importância que os alunos atribuem para a respectiva disciplina de estágio supervisionado na sua formação.

Entrevistamos vinte alunos desse período. E mesmo essa pesquisa não sendo de cunho quantitativo, achamos pertinente destacar alguns dados aqui encontrados. Tratando-se de um curso voltado para as questões do campo, para nós nos pareceu importante conhecer o perfil dos alunos que o curso tem alcançado, no que diz respeito ao seu local de moradia e objetivos profissionais.

Dessa forma, verificamos que, dentre todos os alunos desse período que apresentaram suas respostas, todos moram na zona urbana, tendo entre eles apenas três que já moraram no campo ou tiveram uma pequena aproximação com o meio, em decorrência dos pais, cujas raízes estão no campo, e quando questionados sobre a opção deles para fazer o curso, encontramos um dado muito

preocupante. Entre os 20 alunos entrevistados apenas 25% interessaram-se pelo curso por sua temática e 60% pela baixa concorrência, como vemos no quadro abaixo:

QUADRO 1- RAZÕES PARA CURSAREM PEDAGOGIA (EDUCAÇÃO DO CAMPO)

RESPOSTAS DOS ESTAGIÁRIOS	QUANTIDADE	%
Baixa concorrência	12	60%
Pela curiosidade	3	15%
Pelo diferencial do curso	5	25%

FONTE: Elaborado pelas autoras

Vemos que o interesse dos alunos inicialmente é ingressar na academia, fazendo da baixa concorrência um meio para isso, não tendo, assim, de início, uma preocupação com a especificidade e o objetivo do curso, que é formar professores para atuar no meio rural. A falta de interesse do aluno pela temática do curso antes mesmo de fazer parte dele nos mostra que muitos dos sujeitos que estão em ambientes universitários ainda não se decidiram sobre a profissão que querem seguir. E isso, com certeza, traz consequências no final do curso, se assim o mesmo alcançá-lo, como, por exemplo, não atuar na área em que se formou.

A disciplina de estágio supervisionado é que vai servir de ferramenta para que os alunos conheçam de perto a área de atuação para a qual está se formando, no nosso curso, o campo, um espaço esquecido por muitos, como vimos na própria história e trajetória da educação do campo. E, assim, despertar o interesse desses graduandos, fazer com que eles compreendam que o campo é mais que uma concentração espacial geográfica. Nesta perspectiva é dito que:

A Educação do Campo é compreendida como particularidade de um movimento histórico que é universal. Ela é a expressão particular do conhecimento da educação e da escola universais. Portanto, não pode reforçar a dualidade entre campo e cidade e entre Educação do Campo e educação da cidade, que devem ser compreendidos no plano das diferenças(MOLINA, 2010, p.40)

A educação nesse espaço tem que ter a mesma qualidade da que é oferecida na zona urbana, porém, respeitando as particularidades de cada uma, sendo a

mesma, mais diversificada nos seus sujeitos. A disciplina de estágio proporciona não só aos alunos/estagiários um conhecimento regional, mas vai além, possibilitando que esses indivíduos tenham uma visão social, política e econômica da zona rural.

Assim, foi perguntado como os alunos analisam o estágio supervisionado. As respostas demonstraram que o estágio é visto como fundamental para formação do pedagogo, na medida em que propicia aos estagiários sair da teoria e ir para a prática. Alguns relataram que é na prática que adquirimos conhecimentos e habilidades na área, além de contribuir de forma engrandecedora para o discente na sua trajetória curricular. Outros disseram que é fundamental para contribuir com a educação do campo, assim como a experiência que se constrói. Todos foram unânimes em relação à importância dessa disciplina, escolhemos algumas repostas para demonstrar:

Muito importante, principalmente por colocar em prática, certos conhecimentos teóricos, como também conhecer em loco o local e as realidades das escolas do campo. (Estagiário 9)

Importante, a partir da disciplina de estágio, conheceremos, entenderemos os conceitos se experiências a respeito do curso. (Estagiário 7)

Importantíssimo, pois é por meio do estágio que se pode ter uma experiência na prática. (Estagiário 5)

Muito importante, pois nos mostra como podemos observar às práticas pedagógicas e a consequência do aprendizado para refletir sobre como devemos atuar futuramente. (Estagiário 13)

Fica claro que, mesmo não tendo ainda ido ao campo, os alunos já possuem uma ideia sobre o estágio e reconhecem que é preciso ter conhecimento da área em que se pretende atuar, transparecendo uma expectativa muito boa para o desenvolvimento do mesmo. No início do curso, se tem acesso a um conhecimento teórico muito grande em relação ao campo, porém não se tem de imediato um contato com essa realidade, só com a disciplina de estágio, no 5º período do curso, que se começa a ter acesso a essa área específica do curso.

Como foi respondido por muito dos alunos acima, a prática é fundamental para a formação do pedagogo, para se ter um conhecimento mais amplo da área em que se pretende atuar, e como sabemos o curso tem uma especificidade, tornando

mais ainda necessário o estágio nessa área específica, constituindo-se assim uma das exigências da resolução CCPedcampo nº 03/2011, que regulariza o estágio supervisionado no referido curso.

Assim, sobre essa exigência da disciplina e considerando o fato de que todos os entrevistados são da zona urbana, perguntamos se eles achavam importante, que o estágio seja realizado na zona rural e por quê. Dos vinte entrevistados, 80% responderam que era importante que o estágio acontecesse na área rural, contra apenas 20%, que disseram que não. A maioria reconhece que sim, tendo em vista que o curso tem esse olhar específico para as práticas pedagógicas no campo, sendo de fundamental importância conhecer de perto as escolas dessa realidade. Pimenta (1996) nos diz que, a identidade é construída a partir de um contexto histórico no qual o sujeito está situado. Assim sendo, constatamos que todos os alunos, precisam ter mais acesso à zona rural, considerando que a maioria nunca ou pouco teve uma relação com o campo, para assim construir ou reconstruir uma nova identidade profissional.

Em relação ao curso, estar sendo ofertado na zona urbana, perguntamos se isso iria dificultar o andamento do estágio. As respostas se divergem quanto a essa questão. Para os alunos que responderam que atrapalharia, destacaram a distância como fator principal, como podemos ver nas falas abaixo:

Sim, pela distancia diária de locomoção. (Estagiário 4)

Sim, temos dificuldade de encontrar escolas do campo, próximo a instituição ou ate mesmo próximo da cidade. (Estagiário 8)

Não vejo grandes dificuldades, temos áreas próximas que atendem as exigências do curso. (Estagiário 18)

Um pouco, pois tem uns lugares que são muitos distantes. (Estagiário 20)

Percebemos que os alunos ficaram divididos em relação a essa questão, totalizando em 15% que ficaram indecisos, 50% disseram que não, a distância não iria atrapalhar, e 35% que sim, que iria atrapalhar, se a instituição estivesse localizada em uma área oposta a especifica do curso. Analisamos que os alunos acham importante que o estágio aconteça realmente no campo, porém sabem da

dificuldade que podem enfrentar, devido ao deslocamento para as escolas do campo.

Nessa análise, verificamos que uma das principais propostas do estágio é despertar o interesse pelo campo, para que mais sujeitos possam criar uma consciência crítica e contribuir para a educação do meio rural. A disciplina de estágio pode proporcionar isso, porém é preciso que os estagiários não se detenham nas dificuldades enfrentadas, mas consigam enxergar a riqueza de cultura e de valores que os povos do campo possuem e que a contribuição do professor nesse meio é fundamental.

Quando indagados sobre as perspectivas futuras em relação ao curso, se eles pretendem atuar em escolas do campo ou não, 65% afirmaram que querem continuar com sua atuação na zona rural, contra 20% que não pretendem, e 15% que ainda não sabem. Se compararmos essa pergunta em relação a suas escolhas ao ingresso no curso, podemos evidenciar que, mesmo não tendo uma vontade inicial pela especificidade do curso, eles estão demonstrando um interesse muito grande pela educação do campo. Alguns relatam que, com o passar do curso e o aprofundamento dos estudos nessa temática, houve uma contribuição considerável para um encantamento com a mesma e para tomada de decisão em prosseguir na caminhada, revelando que estão no curso não mais por um desejo em estar na universidade independentemente do curso, mas sim, por amor a área que para eles antes era desconhecida.

Diante do exposto, fica claro que o estágio supervisionado é uma atividade bastante enriquecedora e que pode proporcionar um enriquecimento nas atividades em sala de aula, no planejamento e na visão do futuro pedagogo na área de futura atuação, viabilizando, assim, uma melhoria na educação para o campo, possibilita uma formação partida do seu próprio contexto social, e não reproduzida pelo meio urbano.

É bom relatarmos aqui que mesmo apresentando alguns pontos negativos em relação à infraestrutura e dificuldades em relação à distância, esses resultados não representam a opinião geral de todos os alunos do curso de Pedagogia em questão.

3.2 Percepção dos alunos concluintes sobre o Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado encontra-se nas licenciaturas como componente prático, que visa promover o conhecimento para atuação profissional, através da vivência no futuro espaço de trabalho. A partir disso, procuramos refletir sobre como as experiências propiciadas nesse processo, contribuem na formação de professores. Dessa forma, iniciamos nosso questionário perguntando como os alunos analisavam o estágio supervisionado.

Já nas primeiras respostas é possível perceber que todos os alunos entrevistados entendem o estágio como uma atividade fundamental na formação do pedagogo, visto que, por meio, dele é possível vivenciar a prática docente aliada à teoria. Concebem a disciplina de estágio como de suma importância para o aprendizado, enquanto professores em formação, e relatam que foi o estágio que propiciou conhecer a realidade dos sujeitos do campo e a prática educativa que ocorre nesse espaço.

Apesar de o estágio supervisionado ser uma obrigação legal, as respostas apontam a consciência que os alunos têm sobre o papel relevante do estágio supervisionado na formação dos mesmos, sendo entendido como espaço de aprendizagem da prática docente e de articulação entre teoria e prática. Esse reconhecimento é muito importante para o desenvolvimento do estágio, ultrapassa o campo da obrigatoriedade e leva o estagiário a refletir sobre sua prática, e assim, assumir o estágio de forma crítica, responsável e comprometida, e não como mero cumprimento de exigência legal do curso.

Apesar do curso ter como foco de atuação profissional as escolas do campo, ele é ofertado em uma universidade na área urbana e por isso concentra um grande número de alunos que residem nessa área, assim como a grande maioria dos alunos do 5º período, todos os nove alunos concluintes entrevistados moram na área urbana. Essa questão para muitos no início dos estágios é sempre um grande problema, tendo em vista que a área de estágio não é na mesma localidade onde estudam e moram. Os alunos, quando indagados sobre essa questão, reconhecem a necessidade e a relevância de estar em contato com o campo por meio dos estágios, na formação específica do pedagogo para o campo, no entanto, afirmam que tal fato dificulta o processo de estágio, devido à distância percorrida para chegar às escolas do campo e pelo difícil acesso. Para uma minoria dos alunos a distância

não atrapalhou, porque já tinham a consciência sobre os objetivos do curso e que teriam que ir até a zona rural para conhecer de perto esse espaço.

O estágio se constitui como indispensável na formação acadêmica e traz consigo inúmeros benefícios para aprendizagem do estagiário, tanto no crescimento profissional como também pessoal, no entanto, não é um processo perfeito já que, no decorrer desse processo surgem algumas dificuldades.

A maioria dos trabalhos sobre estágio supervisionando posicionam o mesmo, apenas com as questões positivas, ocultando muitas vezes as negativas. Todavia, essas questões também servem, de certa forma, para nosso aprendizado. Com isso, propusemos em uma das questões o relato dos estagiários a respeito dos pontos positivos e negativos vivenciados nos estágios. As respostas no geral foram parecidas, não houve relatos sobre dificuldades na regência. Quanto aos fatores positivos destacaram a aquisição de conhecimentos sobre o campo e suas especificidades. E os fatores negativos foram a distância das escolas, como já foi falado, a falta de transporte próximo às escolas e a falta de infraestrutura das escolas. Vejamos no quadro abaixo:

QUADRO 2- PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS VIVENCIADOS NOS ESTÁGIOS

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Conhecimento da realidade das escolas do campo Experiência Vivenciar a prática pedagógica em escolas do campo Oportunidade de relacionar teoria com a prática	Falta de transporte Infraestrutura precária das instituições Distância Dificuldade de acesso às escolas

Fonte: Elaborado pelas autoras

Ao observarmos esse quadro, verificamos as principais dificuldades enfrentadas não só pelos estudantes, que, em cumprimento dos objetivos das disciplinas precisam se deslocar para esse meio, mas do mesmo modo, vivenciadas pelos sujeitos que vivem e trabalham no campo em seu cotidiano. Entre elas a falta de transporte, consequência de estradas inadequadas, sem infraestrutura, que impossibilita assim o trânsito. Tal fato prejudica não só a ida e volta às escolas, mas também todo deslocamento dos camponeses em seus afazeres diários. Além disso,

há a situação precária das escolas em infraestrutura e em materiais didáticos para os alunos.

Nas disciplinas de estágio, inicialmente, realiza-se uma abordagem teórica sobre fatores que envolvem a prática do estágio e que nas atividades práticas servirão de base para atuação do estagiário. A contribuição dessa abordagem teórica é verificada nas respostas dos entrevistados em uma das questões referentes à metodologia dos professores utilizada nas disciplinas de estágio, na qual, relatam que, através da abordagem teórica, adquirem saberes que, posteriormente, poderão relacionar com a prática. Não há aqui uma valorização da prática em detrimento da teoria, mas o reconhecimento que uma complementa a outra.

No entanto, os alunos evidenciaram uma insatisfação referente à metodologia de alguns professores, justificando essa insatisfação com a falta de compromisso de alguns diante da realidade do campo e a falta de tempo para uma abordagem maior de certos conteúdos, como questões práticas do ensino-aprendizagem, sugestões de como trabalhar alguns conteúdos nas salas de aulas, questões culturais do campo, como as místicas, que não foram trabalhadas nessas disciplinas. Diante disso, é importante ressaltar que a organização da disciplina requer do professor comprometimento com o que ensina e a maneira como o faz. Cabe a cada professor fazer uma reflexão sobre a maneira como tem trabalhado e identificar de que forma tem contribuído para a formação de futuros professores. Também é imprescindível que esse professor conheça a luta da educação do campo, ou se identifique com essa temática.

Nessa direção, fica evidente que, além do contato dos alunos com o campo de atuação, é extremamente importante uma formação sólida, tanto sobre os conteúdos científicos quanto pedagógicos, para que o aluno possa exercer, enquanto estagiário, e no futuro, como docente seu papel com mais segurança.

Mesmo reconhecendo algumas dificuldades enfrentadas no estágio e tendo em vista que a formação desses futuros docentes não se limita às disciplinas de estágio, os alunos julgaram-se preparados para iniciar a atividade docente no campo ou na cidade, tanto do ponto de vista de conhecimentos, quanto de habilidades necessária para esse ofício, alguns inclusive já lecionam.

Quando questionados sobre as perspectivas futuras pessoais para quando concluir o curso, as escolhas divergem. Muitos pretendem fazer primeiro uma

especialização, e a grande maioria revela que pretende atuar como professores, mas não no campo, restando uma minoria comprometida que se sensibiliza com a realidade campesina. Vejamos algumas respostas:

Já atuo em escola urbana e não vejo diferença. Se aparecer oportunidade recebo! (Estagiário 9)

No momento não, mas quem sabe futuramente. (Estagiário 2)

Acredito estar mais preparada para atuar em escolas do campo, porém não pretendo atuar nessa área vai depender das necessidades. (Estagiário 3)

O conteúdo dessas falas revela uma situação preocupante, diante dos objetivos do curso, e nos leva a refletir sobre as possíveis causas para essa aversão. Desse modo, acreditamos que a questão inicial está em conhecer o porquê da escolha por essa licenciatura. Sabemos que o curso de Pedagogia não é a primeira opção de muitos estudantes que desejam ingressar na universidade, visto que não é uma área de grandes remunerações salariais, assim, entre os alunos que cursam essa licenciatura encontramos uma parcela que estuda por se identificar com o curso, outros que prestaram vestibular devido à baixa concorrência e ainda alunos que, mesmo inicialmente não se interessando pela área, passaram a gostar do mesmo, com o passar do tempo. No curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, essa situação não é diferente. Tais questões são evidenciadas nas respostas dos alunos do 5º período do curso quando questionados sobre a opção pelo mesmo. Além disso, tendo o curso uma área específica de estudo, outros fatores podem ter contribuído para os alunos não escolherem o campo como local de trabalho. Entender como ocorreu a formação desses alunos está o segundo passo.

Ao conhecer a realidade educacional das escolas do campo, tomar conhecimento e vivenciar algumas das dificuldades enfrentadas, tanto pelo professor, como também, pelos alunos, talvez tenha ocasionado essa aversão em trabalhar no campo. E assim as escolas da zona urbana tornam-se uma das opções de campo de trabalho mais visada, por se localizarem perto das suas residências e os problemas serem menores, diante da realidade do campo. Não são todas as pessoas que, mesmo tendo consciência dos problemas que enfrentarão no decorrer do seu trabalho, que persistem na caminhada.

Entramos, assim, em uma das questões muito debatidas sobre a Educação do Campo, que são as dificuldades que o docente enfrenta. Entre elas estão o difícil acesso às escolas, falta de ajuda de custo para locomoção, baixos salários, sobrecarga de trabalhos, falta de infraestrutura nas escolas e falta de materiais didáticos. Fica clara a urgência na melhoria das condições de trabalho do professor para que o mesmo possa desenvolver sua prática com eficiência. No texto base da II Conferência Nacional por uma Educação do Campo (2004, p.15), é possível identificar a preocupação dos movimentos sociais com a valorização dos profissionais do campo e destacam como condições essenciais:

Garantia de melhores condições de trabalho, sólida formação inicial e continuada, remuneração digna, ingresso via concurso público, plano de carreira que garanta identidade à profissão, jornada compatível, enfim, elementos que contribuam para tornar a escola um local de fácil acesso, de permanência e aprendizado garantidos.

Em suma, diante dos depoimentos dos alunos, foi possível verificar que, apesar das limitações, os estágios foram satisfatórios, pois propiciaram experiências enriquecedoras para formação do pedagogo em geral, habilitado para trabalhar tanto no campo como na cidade. No entanto, destacamos como negativo o fato de a maioria dos alunos concluintes do curso optarem por não lecionar no campo, indo em oposição aos objetivos do curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, que, por sua vez, é voltado para formação específica de professores que assumam o desafio de mudar a realidade precária na educação dos sujeitos camponeses.

Fazendo um paralelo das falas dos estagiários do primeiro estágio com dos estagiários concluintes a respeito da perspectiva em trabalhar em escolas do campo, podemos constatar uma nítida diferença: as respostas negativas obtidas com uma grande parte dos alunos concluintes são totalmente opostas às respostas dos alunos que estão iniciando o estágio, cuja maioria revela o desejo em lecionar e contribuir com a educação do campo. Vale ressaltar que as respostas negativas obtidas não podem ser generalizadas, uma vez que se trata da percepção de uma pequena parcela de alunos do curso. Um dos depoimentos dos alunos da primeira disciplina de estágio nos chama atenção, pois o mesmo declara que as necessidades dos povos do campo são muito maiores do que as dificuldades que o docente enfrenta, revelando o seu desejo em ajudá-los enquanto professor. Vejamos:

Mesmo tendo dificuldades, tenho fé de atuar no campo, pois, sabemos que as necessidades dessas pessoas ultrapassam as nossas próprias limitações. (Estagiário 13)

Entre as falas dos alunos que desejam lecionar no campo, optamos por destacar esse depoimento, porque identificamos nele a representação do amor pela profissão, independentemente do local onde se leciona e de suas dificuldades. Como foi abordado em nosso capítulo anterior, a formação específica de professores é uma das reivindicações dos movimentos sociais como meio de melhoria da educação e atendimento às especificidades das escolas do campo, todavia não basta só formar professores, é necessário também criar condições para que este professor possa exercer sua função, tendo todos seus direitos assegurados. Torna-se imprescindível uma política que valorize os profissionais da Educação do Campo e que propicie a permanência de professores qualificados em sala de aula.

No geral, as informações obtidas com esses questionários revelam a importância do estágio no processo de formação dos futuros docentes e o reconhecimento que os alunos têm sobre o mesmo, na medida em que permite o desenvolvimento de competências e reflexões sobre novas realidades. Sendo assim, ainda que tenham encontrado limitações nesse processo estas não se sobrepõem às contribuições do estágio.

3.3 Analisando experiências: professor, agente de transformação social

O professor é sujeito de grande relevância em todo processo de ensino-aprendizagem e indispensável na orientação e acompanhamento dos alunos no desenvolvimento do estágio, assim sendo, que realizamos a nossa pesquisa com os professores que lecionaram a disciplina de estágio no referido curso. A fim de identificar a percepção dos docentes sobre os aspectos contribuintes e as possíveis limitações que tenham encontrado no desenrolar da disciplina. Contamos, com a contribuição de três professores.

Inicialmente, indagamos qual a importância que eles atribuem para disciplina de estágio supervisionado. As respostas demonstraram a compreensão do estágio como momento fundamental, em qualquer curso de formação docente, no qual o

estudante desenvolve seus conhecimentos, integrando a teoria e a prática, por meio da vivência na realidade efetiva do exercício profissional.

Percebemos, assim, a reafirmação da relevância do estágio supervisionado na formação dos estudantes, evidenciada anteriormente na percepção dos alunos, por propiciar o confronto com a realidade, aquisição de conhecimentos e relacionar a teoria com a prática. Como cada disciplina de estágio tem uma área de trabalho para ser abordada, os professores enfatizaram também a relevância do estágio em cada uma para formação do pedagogo, destacando a importância da experiência, enquanto estagiários, em diferentes áreas educacionais, como no setor da gestão escolar, da educação especial, no ensino de português e matemática. Essa amplitude de espaços de atuação que o estágio oferece propicia aos estagiários uma possível identificação de afinidade com uma área específica e possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades para uma futura prática docente em qualquer setor educacional que o graduando escolher.

Em seguida, questionamos sobre o fato de o estágio ser realizado na área rural, se consideravam isso importante e por quê. Todos responderam que sim, tendo em vista que o curso tem como área de aprofundamento o campo, tornando-se, assim, essencial e indispensável a prática nesse meio. Os professores justificaram as respostas destacando que a vivência dos estágios nesse espaço traz consigo contribuições significativas. Entre elas podemos destacar das respostas obtidas a formação da identidade do professor do campo e a oportunidade de explorar de perto as escolas do campo nos aspectos pedagógicos e administrativos. Apontamos no quadro abaixo tais contribuições:

QUADRO 3 - CONTRIBUIÇÕES DOS ESTÁGIOS NAS ESCOLAS DO CAMPO

Aproximação da realidade das escolas do campo;
 Conhecimento da organização pedagógica e administrativa; A estrutura e funcionamento das escolas;
 Fortalecimento da formação da identidade do educador do campo;

FONTE: Elaborado pelas autoras

Essas contribuições expostas acima se constituem em um conjunto de fatores que se complementam e condizem com o posicionamento dos alunos quanto a essa questão. A aproximação com a realidade educacional do campo faz com que o

estagiário reflita sobre essa realidade, nos aspectos educacionais e sociais e, assim, amadurecer seu pensamento e entender melhor como se desenvolvem as práticas pedagógicas nesse meio. Todo esse contexto influenciará a construção da identidade do professor do campo, na medida em que, nesse processo, o aluno tem a oportunidade de reconhecer se gosta realmente ou não da profissão, pois é na prática do dia a dia que a formação da identidade do professor acontece.

Entendendo ser de grande importância à abordagem teórica e as atividades desenvolvidas em sala de aula, por levar os alunos a conhecerem questões essenciais sobre a docência e dar suporte para prática. Assim, indagamos aos professores sobre quais questões práticas foram trabalhadas em sala e que possibilitaram a aprendizagem dos futuros docentes, considerando sempre o objetivo de formar educadores habilitados para desenvolver um melhor ensino nas escolas do campo, de forma que esse educador uma vez formado esteja munido de elementos que o auxiliem em sua prática e assim atenda as necessidades específicas dos educandos.

A consideração da realidade em que os alunos estão inseridos e o aproveitamento dos conhecimentos que esses possuem como ponto de partida para a prática pedagógica foi uma das respostas comum entre os professores. Essa orientação é fundamental para o pedagogo inserido em qualquer realidade, seja ela rural ou urbana, para que o mesmo possa realizar uma prática contextualizada e de qualidade.

No contexto da educação do campo, essa perspectiva é essencial, uma vez que o campo é um espaço de identidade, cultura e sujeitos possuidores de saberes diversos que não podem ser apagados no exercício da prática docente. Diante disso, o professor não pode se limitar à mera reprodução dos conteúdos, mas deve seguir um caminho que leve em conta as experiências desses sujeitos, de forma que sejam reconhecidas e valorizadas, utilizando-as como matéria-prima para o ensino.

Além disso, afirmaram que trabalharam a necessidade do diálogo, na troca de saberes, evitando aulas expositivas em que o professor escreve no quadro e aluno apenas copia. O respeito à diversidade das crianças, jovens e adultos não só a respeito da sua origem campestre, mas também no aspecto da educação especial e ainda aspectos de gestão em sua dimensão administrativa, política e pedagógica, no que se refere à gestão da sala de aula e o trabalho com jogos educativos para facilitar a aprendizagem dos alunos.

Diante dessas questões entre outras trabalhadas pelos professores, percebemos nas respostas a heterogeneidade de conhecimentos que os alunos vão acrescentando a sua bagagem. A fundamentação teórica possibilita ao aluno a aquisição de conhecimentos que regem a instituição escolar, como a estrutura e funcionamento das escolas, assim sendo, os alunos em formação precisam entender a teoria para poder refletir sobre a prática. A teoria é um instrumento fundamental para a consolidação da prática.

Por fim, os professores tiveram um espaço para o relato de algumas limitações encontradas no decorrer desse processo. Foram destacadas a falta de apoio logístico para executar as atividades do estágio, dificuldades referentes a assuntos burocráticos do estágio e dificuldade de agendar o transporte do CE (Centro de Educação) para as visitas.

Os trechos das falas indicam limitações vivenciadas ainda na própria universidade e que alguns aspectos ficam a desejar, precisando ser reavaliados, tendo em vista que podem prejudicar o desenvolvimento dos estágios, como por exemplo, a falta do auxílio de transporte reflete nas afirmações dos alunos que destacam a dificuldade para ir às escolas campo de estágio.

Com os resultados desses questionários, nota-se que o estágio supervisionado é imprescindível para formação do pedagogo em geral, e tal compreensão é compartilhada tanto pelos alunos como também pelos professores. É no estágio que ocorrem as vivências nos futuros locais de trabalho, possibilitando a aplicação dos conhecimentos teóricos em situações reais. É uma atividade que requer comprometimento e traz benefícios, não só para o estagiário, no que diz respeito a sua formação, mas para todos que defendem uma educação de qualidade para esse meio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os estudos realizados para a elaboração desse trabalho, percebemos a importância do estágio supervisionado na formação docente, pois o mesmo traz inúmeros benefícios para todos os que estão envolvidos nesse processo. A partir do estágio, os alunos conhecem a realidade profissional na qual anseiam atuar, adquirem experiências e conhecimentos, além de contribuir para a melhoria do ensino nas escolas-campo de estágios. E tudo isso colabora para a construção da identidade profissional do aluno/estagiário, uma vez que é nesse momento que o aluno irá descobrir se realmente é essa profissão que quer seguir ou se fez a escolha de curso errada.

O estágio é um momento indispensável, por possibilitar a reflexão sobre a importância do papel do professor e por capacitar o aluno a lidar diretamente com problemas que, futuramente, poderá vivenciar, quando for de fato professor e responsável por uma sala de aula. É um processo que vai muito além de um simples cumprimento de exigências acadêmicas; trata-se de uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional.

Com as discussões realizadas nesse trabalho, constatamos a precariedade da educação direcionada para os sujeitos do campo, como também a luta dos movimentos sociais para a superação dessa dura realidade. Dessa forma, o curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo consiste em uma conquista, na medida em que amplia o debate dessas questões e forma profissionais para atuar nessa área, colaborando, assim, para a diminuição de professores sem qualificação nas escolas do campo.

Dessa forma, o estágio, no referido curso, torna-se ainda mais relevante, por propiciar a nós alunos a vivência nessa realidade específica e o diálogo entre os saberes do campo com os saberes acadêmicos. Diante das especificidades da educação do campo, o reconhecimento e o comprometimento do professor são essenciais para uma prática pedagógica de qualidade e emancipadora.

Com base nos depoimentos dos alunos e dos professores, obtidos nos questionários, ficou claro que consideram o estágio supervisionado como sendo um momento importante na formação de futuros professores, porque aproxima o aluno da prática pedagógica e possibilita colocar em prática as teorias abordadas, no decorrer do curso e, assim, refletir sobre o caminho que vão seguir futuramente.

A partir das nossas experiências, enquanto alunas concluintes, e através das respostas dos alunos aos questionários podemos afirmar que as vivências propiciadas pelos estágios deixaram legados positivos em nossa formação profissional. Todavia, algumas dificuldades surgiram nesse processo e para alguns alunos foram determinantes para a decisão de não querer atuar nas escolas do campo. Com isso, vale ressaltar que a formação de professores para atuar nessa área por si só não provocam mudanças suficientes; torna-se necessário uma estruturação política e social que viabilize a atuação dos professores no campo. Acreditamos que tal fato não decorre da proposta do curso, mas das limitações vivenciadas pelos estagiários nas escolas do campo durante os estágios, e cujas limitações resultam em uma trajetória marcada pela negação de direitos aos povos do campo.

Ficou evidente, nesse trabalho motivado pelas questões que envolvem o estágio supervisionado, em especial no curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo, que as disciplinas de estágio supervisionado são, de fato, agente contribuidor na formação do professor, enquanto espaço e tempo significativos na construção de saberes teórico-práticos essenciais para a prática do pedagogo, esteja ele no campo ou na cidade. No entanto, é um processo que muitas vezes requer alguns ajustes para um melhor aproveitamento das experiências, como ficou claro nas respostas dos alunos e professores que evidenciaram diferentes limitações que vivenciaram no decorrer das disciplinas e que precisam ser reajustadas.

Finalizando os estágios, fica uma certeza compartilhada por todos nós alunos concluintes: a certeza de que a oportunidade de conhecer a realidade das escolas do campo foi extremamente enriquecedora, pois nos levou a uma aproximação investigativa dessa realidade e do seu contexto social, proporcionando, assim, aprendizagens significativas, sobre os saberes específicos dessa população, o seu modo de vida e trabalho e a relação com a terra, fatores essenciais para uma formação específica de professores, como do mesmo modo para uma educação contextualizada como a realidade camponesa.

Diante das questões expostas, compreendemos que o estágio interfere, de forma incisiva, na formação do pedagogo, sendo um meio de vivência e exercício da profissão. Enfim, o desenvolvimento desse trabalho foi um momento significativo para nossa formação, em que os objetivos aqui delineados foram atingidos de forma

geral, pois conseguimos identificar os benefícios do estágio supervisionado na formação dos professores, como também algumas das limitações que surgem nesse processo. Vale ressaltar que as limitações aqui expostas não se configuram como regra, algo que irá ocorrer sempre; trata-se das limitações evidenciadas por uma parcela de estagiários.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. R. O.; SILVA, H. F.; SILVA, M. B. **Relatório de Estágio: Instrumento de Análise do Sistema de Formação do Engenheiro na FAENQUIL**. São José dos Campos, 2003. Disponível em: <<http://univap.br/iasee/anais/trabalhos/silva.pdf>.> Acesso em: 15.jun.2014

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Políticas de Formação de Educadores (as) do campo. Educação do campo**. Cad. Cedes, Campinas, vol.27, n.72, p. 157-176, maio/ago. 2007.

_____;FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº2.

BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Os movimentos sociais cultivando uma educação popular do campo**. 29ª Reunião Anual do ANPED. Caxambu: 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT06-1780-Int.pdf>> Acesso em: 26.maio.2014

BEM, Arim Soares do. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX**.Educação e Sociedade,Campinas, v.27, n.97, p.1137-1157, set./dez. 2006.Disponível em: <<http://cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25. maio.2014

BRASIL. Lei 4024/61 **Diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1961.

_____.**Constituição Federal 1988**. Brasília: Senado federal: 1989.

_____.Presidência da República / Casa Civil. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional, nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

_____.Conselho Nacional de Educação/Câmera de Educação Básica. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB nº1/ 2002, de 3 de abril de 2002.

_____.Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Resolução CNE/CP nº 1/ 2002, de 18 de fevereiro de 2002.

_____.Conselho Nacional de Educação/Câmera de Educação Básica. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação**. Resolução nº 2 de 28 de abril de 2008.

_____.Presidência da República /Casa Civil. **Lei nº11. 788**, de 25 de setembro de 2008.

_____.Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Paraíba. **Resolução nº47/2009**, de 22 de julho de 2009.

_____. Resolução CCPEcampo nº 03/2011. **Regulamentação do Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia, licenciatura com área de aprofundamento em Educação do Campo**, 11 de outubro de 2011.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa. **A educação do Campo no Brasil: uma história que se escreve entre avanços e retrocessos**. Revista Espaço Acadêmico, Nº 121, junho, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/507>> Acesso em: 01 jun. 2014.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: BENJAMINCÉSAR; _____(Org.). **Projeto popular e escolas do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2000. Coleção Por uma Educação do Campo, nº3.

_____. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: CALDART, Roseli Salete; KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo. (Org.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4.

_____. **Educação do campo**: Notas para análise de percurso. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64, mar./jun.2009. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Caldart.pdf> . Acesso em: 10. Jul.2014.

FERREIRA, Fabiano de Jesus. BRANDÃO, Elias Canuto. **Educação do Campo: Um olhar Histórico, uma realidade concreta**. Revista eletrônica de Educação. Ano V. nº 09, jul/dez. 2011. Disponível: <http://www.unifil.br/porta/arquivos/publicacoes/paginas/2012/1/413_546_publipg.pdf> Acesso em: 11 mai. 2014.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 25ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAUTHIER, Clermont (et. al), Tradução Francisco Pereira. **Por uma teoria da pedagogia: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente** - Coleção Fronteiras da Educação. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998

GIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, p.39-78. 1994.

GUEDES, Shirlei Terezinha Roman. **A relação teoria e prática no estágio supervisionado**. In: IX Congresso Nacional de Educação-EDUCERE/III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia-PUCPR, p.9414-9424. 2009.

GERHART, Tatiana Enge; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. In SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVO, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica**. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 05 mai.2014.

HOUAISS, Antonio. (Org.). **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2ª ed. 2004.

MARINHO, Ernandes Reis. **Um olhar sobre a educação rural brasileira**. Brasília: Universal, 2008.

MEDEIROS, João Bosco, **Redação Científica. A prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. 11ª ed. São Paulo: SP Atlas, 2009.

MOLINA, Mônica Castagna; MONTENEGRO, João Lopes de Albuquerque; OLIVEIRA, Liliane Lúcia Nunes de Aranha. **Das desigualdades aos direitos: a exigência de políticas afirmativas para a promoção da equidade educacional no campo**. Brasília-DF, junho. 2009.

_____, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo em pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília- DF: 2010. MDA/MEC.

MUNARIM, Antônio. Elementos para uma política pública de Educação do Campo. In: Molina, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

_____. **Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil**. Revista do Centro de Educação, Santa Catarina, vol.33, n.1, p.1-9, 2008.

PEREIRA, Antonio. **Pedagogia do Movimento Camponês na Paraíba: Das ligas aos assentamentos Rurais**. João Pessoa: Idéia. Editora universitária, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática**. Cad. Pesq., São Paulo, n.94, p.58-73, ago.1995.

_____. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.) **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, p.15-34, 1999.

_____; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência: diferentes concepções**. Revista Poiésis. Vol. 3, nº 3 e 4 p.5 à 24, 2005,2006.

RAYMUNDO, Gislene MiottoCatolino. **Prática de ensino e estágio supervisionado: eixos articuladores na formação inicial dos professores da educação básica**. Revista Exitus, vol.2, n. 2, p.19-31 Jul./dez. 2012

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, Clarice Aparecida dos Santos Org. **Por uma educação do Campo**. Brasília, DF: Incra/MDA, 2008.

SILVA, M.S. **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história.** 2004. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/f299Educacodocampoedesenvomvimento_sustentavel.pdf.> Acesso em: 21junho. 2014.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo:** políticas, práticas pedagógicas e produção científica. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 27. maio. 2014.

STRECK, Danilo Romeu (Org.). **Fontes da Pedagogia Latino Americano:** Uma Antologia. Belo Horizonte: Autentica, Editora, 2010.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** 2a edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Cadernos didáticos sobre educação no campo.** TAFFAREL, Celi NelzaZülke; JÚNIOR, Cláudio de Lira Santos;ESCOBAR, Micheli Ortega .(Org.). Salvador: EDITORA, 2010.

VAGULA, Edilaine. **O Professor, seus saberes e sua identidade.** Rev. Cient. FLF.EDU- v.4, n.1, p.103-116.2005. Disponível em: <http://www.flf.edu.br/revista-flf.edu/volume04/46.pdf>. Acesso em: 8.jul. 2014.

VENDRAMINI, Celia Regina. **Educação e Trabalho:** reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. Cad. Cedes, Campinas, vol.27, n.72, p.121-135, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://cedes.unicamp.br>. Acesso em: 14.jun.2014.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

II CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2004, Luziânia-GO. **Por uma política pública de educação do campo** (Texto base). 24p.

APÊNDICES

APÊNDICE 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO-CE
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

PESQUISA “A importância do Estágio Supervisionado na formação dos graduandos do curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo da UFPB”

ALUNOS DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I / 5º PERÍODO

1. Você mora em que em que área: Urbana () Rural ().
2. Por que você escolheu cursar Pedagogia-Educação do campo?

3. Qual a importância que você atribui para à disciplina de estágio no curso de Pedagogia com área de aprofundamento em educação do campo?

4. Você acha importante que o estágio seja realizado na zona rural? Por quê?

- 5- O fato do curso ser ofertado em uma Instituição localizada na área urbana irá dificultar o andamento do estágio? Justifique.

- 6- Quais são suas perspectivas futuras para quando concluir o curso? Pretende atuar em escolas do campo? Justifique:

APÊNDICE 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - UFPB
 CENTRO DE EDUCAÇÃO-CE
 CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
 ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

PESQUISA “A importância do Estágio Supervisionado na formação dos graduandos do curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo da UFPB”

ALUNOS DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO V / 10º PERÍODO

1. Você mora em que em que área: Urbana () Rural ()
2. Qual a importância que você atribui para as disciplinas de estágio no curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo?

3. Você acha importante o fato do estágio ter sido realizado na zona rural? Por quê?

4. O fato do curso ser ofertado em uma Instituição localizada na área urbana dificultou o andamento do estágio? Justifique:

5. De acordo com suas experiências de estágio cite os pontos positivos e negativos vivenciados nesse processo. Justifique:

6. Em relação à metodologia utilizada pelos professores da disciplina de estágio, comente se foram satisfatórias.

7. O que você acha que deveria ter sido abordado nas disciplinas de Estágio e não foi?

8. Você se sente seguro para atuar nas escolas do campo? Se sim, em que sentido? Se não, quais suas limitações? Justifique sua resposta.

9. Os estágios realizados por você durante o curso de Pedagogia -Educação do campo contribuíram para a sua formação como docente? De que forma?

10. Quais são as suas perspectivas futuras para quando concluir o curso? Pretende atuar em escolas do campo?

APÊNDICE 3

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO-CE
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

PESQUISA “A importância do Estágio Supervisionado na formação dos graduandos do curso de Pedagogia com área de aprofundamento em Educação do Campo da UFPB”

PROFESSOR (A) ESTÁGIO SUPERVISIONADO _____ /PERÍODO: _____

1. Como docente da disciplina de estágio, qual a importância que você atribui para esta disciplina?

2. O fato da disciplina de estágio do curso Pedagogia (com área de aprofundamento em Educação do campo) acontecer nas escolas do campo é importante? Por quê?

3. De acordo com as observações feitas por você na disciplina foi observado rendimento satisfatório por parte dos alunos de pedagogia?

4. Que orientações práticas foram abordadas por você na disciplina de estágio, para um melhor ensino nas escolas do campo?

5. Que dificuldade você enfrentou como professor, nessa disciplina de estágio supervisionado do curso de pedagogia?

ANEXOS